



**Universidade de Aveiro** Instituto de Contabilidade e Administração  
Ano 2012

**Marta José Ferreira  
Oliveira**

**A adoção da NCRF 17 no setor da cortiça: Efeitos  
de transição**



**Universidade de Aveiro** Instituto de Contabilidade e Administração  
**Ano 2012**

**Marta José Ferreira  
Oliveira**

**A adoção da NCRF 17 no setor da cortiça:  
Efeitos de transição**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade no ramo de Fiscalidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo e do Professor Doutor Jonas da Silva Oliveira, Professores Adjuntos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

*À meu marido e às minhas filhas.  
À minha família e amigos.*

## **O júri**

presidente	Prof. Dr. João Francisco Carvalho de Sousa Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
arguente	Prof. Dr. <sup>a</sup> Doutora Catarina Judite Morais Delgado Professora auxiliar na Faculdade Economia da Universidade do Porto
orientador	Prof. <sup>a</sup> Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
coorientador	Prof. Doutor Jonas da Silva Oliveira Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Em primeiro lugar, aos meus orientadores, Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo e ao Professor Doutor Jonas da Silva Oliveira a minha especial gratidão pela atenção pela disponibilidade incondicional, apoio, incentivo e empenho demonstrados, em todos os momentos, sucessivamente, na orientação da presente dissertação.

À minha família em geral, mas um particular agradecimento ao meu marido João Paulo, pelo incentivo, auxílio incondicional e coragem incutidos ao longo deste percurso e às minhas filhas, Beatriz e Mariana, pela atenção e tempo que lhes privei ao longo deste período.

**palavras-chave**

Agricultura, Ativos Biológicos, Justo Valor, NCRF 17, SNC, Subsídios Governamentais.

**resumo**

Com a entrada em vigor do SNC, verificou-se uma alteração na mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas passando a adotar o critério valorimétrico do justo valor. Neste novo paradigma, a agricultura é um dos setores que mais mutação evidencia no procedimento contabilístico, por imposição da NCRF 17 – “Agricultura”.

Esta Dissertação tem como objetivo analisar o impacto da adoção da NCRF 17 no setor corticeiro, assim como analisar o nível de conservadorismo do novo normativo.

Dos resultados obtidos concluiu-se, que durante o período de transição as demonstrações financeiras não espelharam uma imagem coerente da aplicação da primeira vez das NCRF. No entanto apurou-se que no ano seguinte as demonstrações financeiras mostraram um esforço evidente de ajustamento à realidade do novo normativo.

Perante a aplicação dos índices de Gray (1980) demonstrou-se que o SNC é menos conservador que o anterior normativo.

.

**keywords**

Agriculture, Biological Assets, Fair Value, NCRF 17, SNC, Government Grants.

**abstract**

The SNC adoption brought massive changes in the measurement of biological assets and farm products, basically related to the adoption of fair value valuation criteria. In this new paradigm, agriculture is one of the sectors with greater changes in the accounting policies by the imposition of NCRF 17 - "Agriculture".

This thesis aims to analyze the impact of the adoption of NCRF 17 in the cork industry, as well as analyzing the level of its conservatism in comparison with previous accounting frame of reference.

Results indicate that during the transition period financial statements did not express a coherent picture of the first time adoption of NCRF. However, it was found that in the following year financial statements have shown an obvious effort of adjustment to the new accounting frame of reference.

Gray's (1980) indexes have shown that SNC is less conservative than the previous accounting frame of reference.

## LISTA DE SIGLAS

AI	– Ativos Intangíveis
AFT	– Ativos Fixos Tangíveis
APCOR	– Associação Portuguesa de Cortiça
CAE	– Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CP	– Capital Próprio
IAS	– International Accounting Standard
IASB	– International Accounting Standards Board
IFAP	– Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFRS	– International Financial Reporting Standards
INE	– Instituto Nacional de Estatística
JV	– Justo Valor
NCRF	– Norma Contabilística e de Relato Financeiro
PIB	– Produto Interno Bruto
POC	– Plano Oficial de Contabilidade
RLP	– Resultado Líquido do Período
RO	– Resultado Operacional
RT	– Resultados Transitados
SIMA	– Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
SNC	– Sistema de Normalização Contabilística
UNAC	– União da Floresta Mediterrânica



## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
ÍNDICE GERAL.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XIII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR CORTICEIRO.....	3
2.1. MONTADO DE SOBRO NA ECONOMIA NACIONAL.....	3
2.2. O MONTADO.....	7
2.3. O SOBREIRO.....	8
2.3.1. Ciclo de Vida do Sobreiro.....	9
2.3.2. Problemas de Sanidade do Montado de Sobreiro.....	11
2.4. ECOSSISTEMA DO SOBREIRO.....	15
2.5. POVOAMENTO DO MONTADO DE SOBRO E MANUTENÇÃO.....	16
2.6. A CORTIÇA.....	18
2.6.1. A Extração da Cortiça e o seu Acondicionamento.....	19
2.6.2. Tipos de Cortiça.....	20
2.7. MERCADO.....	21
3. A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM PORTUGAL E A SUA NORMALIZAÇÃO.....	23
3.1. NCRF 17 – ARICULTURA.....	23
3.2. DEFINIÇÕES RELACIONADAS COM A AGRICULTURA.....	24
3.3. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO NO PONTO DE COLHEITA DOS ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	25
3.4. PROBLEMÁTICA DO JV NOS ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	27
3.5. GANHOS E PERDAS.....	29
3.6. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS ENQUADRADOS NO ÂMBITO DA NCRF 17.....	30

3.7. DIVULGAÇÕES.....	31
3.8. REVISÃO DE LITERATURA.....	31
4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	35
4.1. OBJETIVOS .....	36
4.2. RECOLHA DE DADOS E CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	36
4.3. METODOLOGIA .....	39
4.4. ANÁLISE DA TRANSPOSIÇÃO POC/SNC.....	40
5. RESULTADOS .....	48
6. CONCLUSÃO.....	53
7. ANEXOS.....	57
ANEXO I - QUADRO COMPARATIVO DA TRANSPOSIÇÃO DE NORMATIVOS POC/SNC.....	59
ANEXO II – QUADRO DA EVOLUÇÃO DA APLICABILIDADE DO NORMATIVO 2009/2010. ....	61
ANEXO III – QUADRO DE CÁLCULO DOS RÁCIOS DO ÍNDICE DE CONSERVADORISMO DE GRAY. ....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – ÁREA DE DISTRUBUIÇÃO NACIONAL DO SOBREIRO. ....	1
FIGURA 2.1 – MATURIDADE DO SOBREIRO .....	10
FIGURA 2.2 – RELAÇÃO ENTRE OS INDÍCIOS CAUSADORES PELOS DIFERENTES AGENTES/FATORES .....	14
FIGURA 2.3 – COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL DE CULTURAS ARVENSES, PALHA E CORTIÇA. ...	21
FIGURA 3.1 – ÂMBITO DA NCRF 17 – AGRICULTURA .....	26

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DO SOBREIRO POR REGIÃO.....	6
GRÁFICO 2.2 – ESTRUTURA DAS VENDAS DE CORTIÇA POR TIPOS DE PRODUTO. ....	7

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1 – PRINCIPAIS ESPORTADORES DE CORTIÇA MUNDIAIS .....	4
QUADRO 2.2 – SUPERFÍCIE OCUPADA PELO MONTADO DE SOBRO.....	5
QUADRO 2.3 – ESPÉCIES FLORESTAIS EM PORTUGAL .....	5
QUADRO 2.4 – PRODUÇÃO DE CORTIÇA. ....	6
QUADRO 2.5 – INFORMAÇÃO SEMANAL DE 11 - 06 - 2012 A 17 - 06 - 2012 SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE JANEIRO A DEZEMBRO.....	22
QUADRO 3.1 – DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA FACE À POPULAÇÃO .....	38
QUADRO 3.2 – AMOSTRA.....	39
QUADRO 4.1 – PESO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS FACE AO TOTAL DO ATIVO.....	42
QUADRO 5.1 – RESULTADO DA APLICAÇÃO DO ÍNDICE DO CONSERVADORISMO DE GRAY ..	48
QUADRO 5.2 – FREQUÊNCIA DOS RÁCIOS DO ÍNDICE DE CONSERVADORISMO DE GRAY (ATIVO, CP E RLP).....	49
QUADRO 5.3 – FREQUÊNCIA DOS RÁCIOS DO ÍNDICE DE CONSERVADORISMO DE GRAY (PASSIVO) .....	50
QUADRO 5.4 – DISCRIMINAÇÃO DAS FREQUÊNCIAS DOS RÁCIOS DO ÍNDICE DE CONSERVADORISMO DE GRAY NA RUBRICA DO ATIVO.....	51

## 1. INTRODUÇÃO

O sobreiro é uma árvore originária e com característica das regiões mediterrâneas, distingue-se das outras árvores pela característica única pois possui uma camada espessa de cortiça na parte exterior da casca, a revestir o seu tronco e ramos e pela facilidade em regenerar após a sua extração oriunda da operação de descortiçamento. Esta espécie ocupa no território nacional 23% da área total de floresta, distribuindo-se de norte a sul do território nacional conforme se pode demonstrar na figura 1.1, concentrando-se na sua grande maioria na região do ribatejo e algarve.

**Figura 1.1 - Área de distribuição nacional do sobreiro.**



**Fonte:** Direção Geral dos Recursos Florestais (2007)

Mediante Cork Information Bureau (2010) como ilustra o gráfico 1.1, além de ser a espécie florestal que mais predomina no nosso território, também coloca Portugal na liderança de áreas plantadas. Além de colocar na liderança o nosso país relativamente à área ocupada pela suas diversas espécies que existem, também é um motivo de ajuda na balança de exportações nacionais, isto porque, Portugal detém um peso significativo na exportação de cortiça que deriva da própria espécie como sub produto. Segundo Cork Information Bureau (2010), Portugal tem uma produção de 157 mil toneladas por ano, conseguindo arrecadar 60% das

exportações mundiais de cortiça no ano de 2006. Considera também que anualmente cerca de 61,5% das exportações totais nacionais efetuadas são absorvidas pela Europa e que a nível nacional a cortiça representa 30% do total das exportações de produtos florestais, tendo assim um peso aproximado de 3% do valor das exportações totais Portuguesas.

Em Portugal, embora existam alguns estudos efetuados nesta área, existe um número limitado de estudos tendo por base o tratamento de normativos no setor agrícola. Desta forma, pretende-se que o presente estudo auxilie o combate desta lacuna:

- caracterizando o setor Corticeiro;
- caracterizando a própria atividade agrícola em Portugal e a sua Normalização;
- analisando a aplicação do SNC, mais especificamente a implementação da NCRF 17, no ano de transição, nas entidades com CAE 02300 e o impacto da transição nas demonstrações financeiras.

Desta forma, este estudo permitirá responder às seguintes questões de investigação:

- Q1: No momento da transição do normativo POC para o SNC detetaram-se determinadas rubricas individuais do balanço e da demonstração dos resultados das empresas que sofreram alterações significativas?
- Q2: As empresas sentiram necessidade de efetuar alterações significativas subsequentes à adoção do SNC para ajustar a realidade ao novo normativo?
- Q3: Será o normativo POC mais conservador do que o normativo SNC?

A Dissertação é composta por seis partes. Após a Introdução, caracteriza-se o setor Corticeiro de forma a compreender o seu desenvolvimento e as suas especificidades. De seguida caracteriza-se a atividade agrícola em Portugal e aborda-se a processo normalizador da mesma. Apresenta-se os objetivos, a metodologia, os resultados do estudo, as conclusões e limitações do estudo efetuado.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR CORTICEIRO**

### **2.1. Montado de sobro na economia nacional**

Designam-se de montados de Sobro, as áreas de produção de sobreiros.

Tendo em consideração a Classificação Portuguesa das atividades Económicas (CAE), na sua Rer. 3, estes estão inseridos no setor da agrícola, que se encontra classificado no ponto **02300** – Extração de cortiça, resina e apanha de outros produtos florestais, exceto madeira. Faz parte integrante desta classificação uma nota anexa que clarifica e especifica com maior pormenor as atividades contidas nesta subclasse, tais como, as atividades de extração de cortiça, resina, gomas e respetivas operações complementares; apanha de cogumelos, pinhas, frutos silvestres (medronho, amoras, etc.), bolotas, musgos e líquenes e de outros produtos florestais.

De acordo com a Direção Geral de Recursos Florestais (2001) o montado de sobro em Portugal tem um peso muito significativo na economia, sendo a sua produção efetuada em apenas 8% do território Nacional. A sua produção representa cerca de 60% da cortiça a nível Mundial. De acordo com os dados do United Nations Statistics Division de 2005 divulgados pela Cork Information Bureau (2010), as exportações dos produtos de origem corticeira fizeram com que Portugal obtivesse com este produto aproximadamente 3% do seu total das exportações nacionais (aproximadamente 900 milhões de euros).

Desta forma Portugal lidera as exportações de cortiça a nível mundial conforme podemos verificar através do Quadro 2.1, que exemplifica os países, quantificando com os valores e as percentagens das exportações ocorridas nos anos de 2004 e 2005



**Quadro 2.1 – Principais exportadores de cortiça mundiais**

Países	Unidades monetárias (€)		Percentagens (%)	
	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2004	Ano 2005
<b>Total do Mundo</b>	<b>1.480.123.960</b>	<b>1.399.075.090</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<u>Portugal</u>	<u>875.144.905</u>	<u>839.375.777</u>	<u>59,13</u>	<u>60</u>
Espanha	262.623.211	254.821.055	17,74	18,21
França	51.482.518	46.888.466	3,48	3,35
Itália	46.238.348	43.661.753	3,12	3,12
EUA	36.405.437	40.991.753	2,46	2,93
Alemanha	35.403.226	33.829.032	2,39	2,42
Marrocos	20.826.936	27.281.477	1,41	1,12
Tunísia	20.826.936	-	1,27	-
Suíça	16.509.837	15.746.399	1,12	1,13
México	13.646.412	16.824.853	0,92	1,2
Áustria	13.069.472	12.625.964	0,88	0,9
China Continental	11.114.657	16.300.443	0,75	0,94
Argélia	9.641.214	-	0,65	-
Arábia Saudita	9.036.640	4.870.220	0,61	0,35
Hong Kong	8.390.515	8.174.381	0,57	0,58
Canada	6.022.966	5.604.051	0,41	0,4
Bélgica	5.816.183	6.022.440	0,39	0,43
Austrália	5.769.127	4.499.165	0,39	0,32
Reino Unido	6.570.662	6.298.295	0,36	0,36
Países Baixos	5.278.874	6.660.642	0,36	0,48
Outros Países	20.305.884	8.598.924	1,59	1,76

**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

**Nota:** A diferença entre os valores totais e a soma dos capítulos prende-se com a confidencialidade, pois há países que não enviam a informação desagregada da cortiça natural e da cortiça transformada. Em 2005 ainda não existiam dados para a Tunísia e para a Argélia.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou estudos referentes ao período compreendido entre 2001 e 2009, quanto às exportações nacionais mostrando que cerca de 90% da cortiça transformada em Portugal tem como destino o Mercado Internacional. Como consequência, podemos verificar uma grande fonte de receita para o nosso país, que no ano de 2009, somente deste setor, foi de 698,3 milhões de euros face às 144,8 mil toneladas exportadas. O valor gerado pelas exportações portuguesas, referente a este setor, revela-se extremamente significativo visto em função do peso que representa no PIB, ou seja, 0,7 do PIB (preços de mercado). Por sua vez, este tem o peso arredondado de 3% no valor total das exportações nacionais que representa 30% das exportações de produtos Florestais do nosso país conforme foi referido anteriormente. O montado de sobre

constitui um contributo muito valorizado para a economia nacional de 2.277.700 de hectares conforme é demonstrado no Quadro 2.2.

**Quadro 2.2 – Superfície ocupada pelo montado de sobro.**

País	Área (hectares) *	%
<u>Portugal</u>	<u>736.700</u>	<u>32.4</u>
Espanha	506.000	22.2
Algéria	414.000	18.2
Marrocos	345.000	15.2
França	92.000	4
Tunísia	92.000	4
Itália	92.000	4

**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

Analisando a superfície de montado e a sua distribuição por país, rapidamente se verifica que Portugal concentra uma área superior a 32% da área mundial, o que corresponde a mais de 730 000 hectares. Desta, cerca de 23% corresponde a floresta nacional (Quadro 2.3), representado a espécie florestal predominante em Portugal.

**Quadro 2.3 – Espécies florestais em Portugal.**

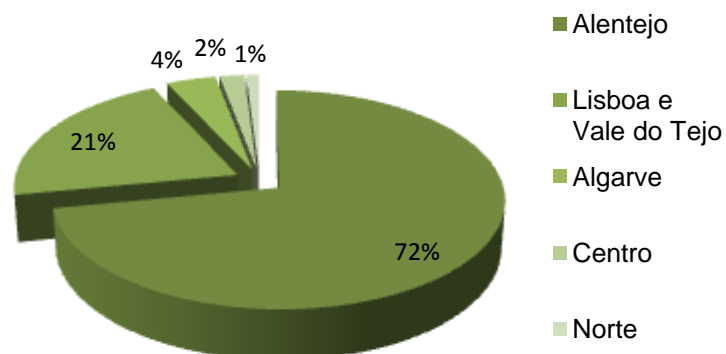
<b>Distribuição das áreas florestais por espécie (1000ha)</b>	
<b>Ano</b>	<b>2006</b>
Pinheiro Bravo	710.6
Eucalipto	646.7
<u>Sobreiro</u>	<u>736.7</u>
Azinhaira	388.3
Carvalhos	117.9
Pinheiro-Manso	83.9
Castanheiro	28.2
Folhosas diversas	96.8
Resinosas diversas	14.2
Outras formações lenhosas e diversas	18.0
Povoamentos jovens	295.5
<b>Total</b>	<b>3.136.8</b>

**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

Em Portugal Continental a distribuição regional do sobreiro não está repartida de forma equitativa, existindo diferenças significativas. Verificamos um aglomerado

no Alentejo com o peso de 72%, sendo que Lisboa e Vale do Tejo ocupam a segunda posição com uma percentagem significativa de 21%, conforme se demonstra no Gráfico 2.1.

**Gráfico 2.1 - Distribuição da área do sobreiro por região.**



**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

Verificamos que, o nosso país aproveita a produção do sobreiro para explorar a cortiça. Desta forma, com a ajuda da interpretação do Quadro 2.4, a produção mundial da cortiça ronda as 300 mil toneladas, o que 52,5% corresponde ao nosso território nacional.

**Quadro 2.4 – Produção de cortiça.**

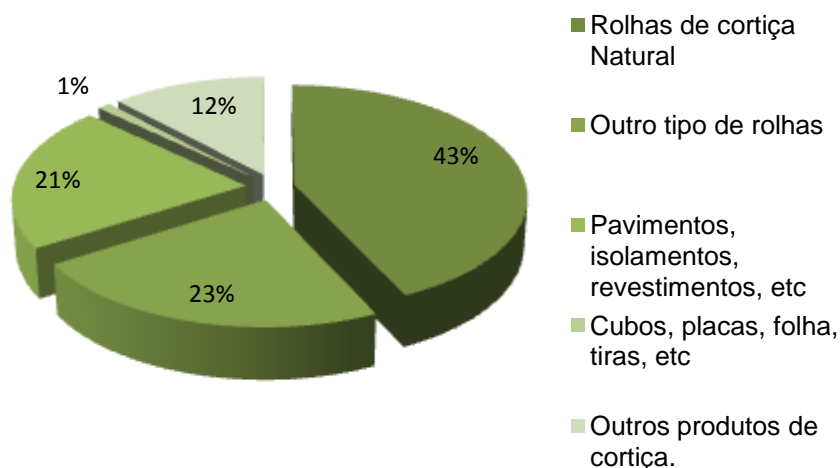
País	Produção média anual (Ton) *	%
<u>Portugal</u>	<u>157.000</u>	<u>52,5</u>
Espanha	88.400	29,5
Algéria	17.000	5,5
Marrocos	15.000	5,2
França	11.000	3,7
Tunísia	7.500	2,5
Itália	3.400	1,1
<b>Total</b>	<b>299.300</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

O principal setor de destino dos produtos corticeiros é a indústria vinícola absorvendo 66% da produção nacional, seguindo-se a construção civil com 21%

como se demonstra no Gráfico 2.2, e segundo dados da mesma fonte representa cerca de 15.000 postos de trabalho (Cork Information Bureau, ano: 2010)

**Gráfico 2.2 – Estrutura das vendas de cortiça por tipos de produto.**



**Fonte:** Adpatado da Cork Information Bureau, ano: 2010.

## 2.2. O montado

O montado de sobro nacional tem uma extrema importância ecológica e social, sendo Portugal o berço ideal do sobreiro que também é considerado como património nacional. Como atrás referido o montado está essencialmente localizado a Sul do rio Tejo, especialmente no Alentejo, em regiões com especificidades sociais muito delicadas derivadas da estrutura agrária e dos usos da terra, constituindo um dos principais ecossistemas mediterrânicos pela biodiversidade da sua flora e fauna.

A sustentabilidade ecológica do montado de sobro nacional depende, no entanto, quase totalmente da sua exploração económica e da sua capacidade produtiva. Atualmente, a cortiça é um dos produtos mais valiosos, apesar da multifuncionalidade característica deste ecossistema e da relação de complementaridade com outras componentes de uso direto, como a pecuária e a agricultura. O montado de sobro poderá ser classificado de diversos tipos, no

entanto, em Portugal segundo Moreira (1995: p.2) existem apenas três tipos distintos que são classificados, tais como:

- **Montado de azinho** – que teve o seu auge até ao fim dos anos 50, tendo dependido fortemente até essa época do aproveitamento do porco Alentejano de montanha e do Calvão;
- **Montado de sobre em povoamentos estremos** – refere-se a montados com árvores objeto de granjeios muito cuidados, associados a pastagens melhoradas e maior densidade pecuária;
- **Montado de sobre mais extensivo** – que seriam montados de povoamento misto de sobreiro, pinheiro manso ou pinheiro bravo, com ausência de tratamentos silvícolas para o sobreiro e menores cargas pecuárias mantidas com recursos às magras pastagens espontâneas.

Segundo as estimativas apresentadas por Coelho (1994), o montado de sobre em povoamentos estremos deverá representar aproximadamente 35% da área total dos montados de sobre e os montados extensivos a parte restante, correspondendo a 65%, representando em termos de área 478,85 ha. Os montados podem ser povoados relativamente à sua densidade tendo em conta dois propósitos distintos, ou seja, de produção requerendo este menores exigências em termos de povoado ou com perspectivas multifuncionais sendo neste caso para pastagens e pastoreio, fauna silvestre, turismo e recreio entre outros, podendo a sua densidade ser maior ou mais diversificada pois o objetivo principal é obter do solo mais diversidade de flora e fauna para servir de pastorício.

### **2.3. O sobreiro**

O sobreiro é uma árvore originária e cateterística da região Mediterrânea Ocidental. É distinguido dos restantes carvalhos porque tem a característica de possuir uma espreça camada de cortiça na sua parte exterior da casca que serve como revestimento do seu tronco e ramos. Também tem a facilidade da sua renovação ou regeneração após a atividade do descortiçamento (prática que é explicada no ponto 2.6.1. Esta espécie é apreciada pelo facto de conseguir deter

uma longevidade, que poderá alcançar três séculos e atingir elevadas proporções de robustez.

A sua forma natural é corpulenta com o tronco cilíndrico e propagações baixas, fortes e tendencialmente abertas, no entanto em zonas com uma densidade elevada de povoamento, poder-se-á verificar uma copa menos globosa e ramificações esguias. O sobreiro é uma espécie resistente ao fogo, pois o seu revestimento que é a cortiça é ignífugo<sup>1</sup> e também isolante térmico. Na maior parte das vezes em que é afetado pelo fogo, rebenta vigorosamente após o incêndio, no entanto a aptidão de autorregeneração do sobreiro pode ser colocada em causa se a periodicidade dos fogos reincidentes for muito curta, ou se as árvores gozarem de descortiçamento recente, como por exemplo, descortiçamento no ano ou em ano anterior, sendo este fator relevante ou ainda em caso de extrema intensidade do fogo.

### **2.3.1. Ciclo de vida do sobreiro**

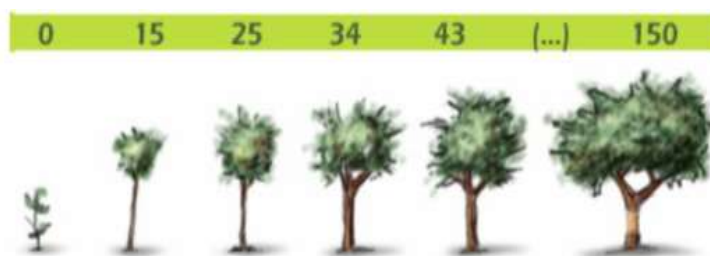
O ciclo de vida do sobreiro além de extenso é particular devido às suas características. É das únicas árvores que apesar de sobreviverem séculos, conseguem produzir com todo o vigor o seu subproduto. Esta árvore poderá chegar a atingir 250 metros de altura, detém uma esperança média de vida que ronda os 150 a 200 anos podendo alcançar em muitos casos os três séculos, sendo uma particularidade que é repetida por mais de 600 espécies distintas de sobreiros existentes em todo o Mundo.

Outra característica destas espécies é o facto de atingirem a sua maturidade perto dos 150 anos verificando-se de seguida o seu declínio tanto produtivo como de sustentabilidade (Figura 2.1). Outra particularidade que não é comum às restantes espécies é o facto do sobreiro, vulgarmente, só iniciar o processo de frutificação após atingir os 15 ou 20 anos. A produção do seu fruto, inicialmente escassa, tende a tornar-se mais abundante após os 25 anos.

---

<sup>1</sup> Propriedade relacionada com a dificuldade de ser consumida pelo fogo.

**Figura 2.1 – Maturidade do Sobreiro**



**Fonte:** Adaptado de Cardoso (2010, p.3)

Na opinião de Azul (2002) o sobreiro é uma espécie que apresenta muitos polimorfismos<sup>2</sup>, que se diferenciam por algumas peculiaridades das cúpulas, das folhagens e do fruto. Possui uma raiz direita perfuradora no começo da germinação, que afiança a imobilização da própria árvore, e que se complementa com o crescimento de raízes transversais pujantes, que por sua vez propagam-se e originam radículas<sup>3</sup>.

As radículas têm uma função impulsionadora indispensável no desenvolvimento da árvore, o que explica o renascimento natural do sobreiro em ambientes adversos, as suas folhas perduram em regra durante dois anos, são pequenas, retalhadas e com cutícula a envolver a epiderme.

Em Portugal o sobreiro floresce no decurso dos meses de abril a junho, no entanto pode estender-se por agosto e setembro. O sobreiro inicia a sua expansão alimentando-se das reservas nutritivas da semente (bolota), que proporcionam energia satisfatória para iniciar a formação da raiz e das folhas primordiais. Após a fixação ao solo, as raízes do sobreiro, em particular as radículas, absorvem os nutrientes minerais e a água, inevitáveis ao crescimento. O sobreiro desenvolve-se simultaneamente em dois sentidos: vertical e horizontal, resultando uma árvore adulta muito robusta. Apesar das folhas perseverantes, o sobreiro não desenvolve de forma uniforme ao longo do ano, pois no inverno, devido ao frio, a árvore atravessa um período de ocultação, no qual não produz

<sup>2</sup> Particularidade de certas substâncias que tomam de uma forma muito diversa

<sup>3</sup> Raízes pequenas e superficiais no solo

lenho e cortiça, reduzindo ao mínimo toda a atividade vegetativa. Na primavera, recupera a atividade por absoluto, ampliando-se até ao verão. No decorrer do Outono a sua atividade conserva-se mais diminuta, por consequência das diminuições de temperatura. À medida que atinge a idade adulta, abranda a formação de lenho e de cortiça, continuando o desenvolvimento de ramos e folhas, levando ao aumento desproporcionado entre a copa e a raiz. De acordo com Azul (2002), o processo radicular perde aptidão ao longo dos anos, iniciando-se alguns indícios de senescência<sup>4</sup>, com o enfraquecimento do tronco, os ramos ficam progressivamente mais estreitos, amarelados e murchos, provocando o aparecimento de doenças e pragas. Assim, de acordo com o autor, o processo de envelhecimento do sobreiro depende das condições ambientais.

### **2.3.2. Problemas de sanidade do montado de sobro**

De acordo com APCOR (2009) o montado de sobro como qualquer outra espécie florestal está exposta a perigos que poderão afetar a sua sanidade, que se refletirá na sua produção e no seu declínio.

Circunstâncias como o declínio dos montados provenientes de doenças e pragas, o agravamento do risco de incêndio florestal face às modificações climáticas e propagação urbanística e a promoção de novos empreendimentos turísticos (diversidades de hostis de ponderação económica), afetam a integridade dos montados enquanto ecossistemas de nobre utilidade ambiental. Verificam-se assim várias razões para a degradação do montado de sobro, pondo em risco a única atividade económica em que Portugal se posiciona como líder como atras foi constatado.

Após esta análise brota uma incerteza questionável, serão as circunstâncias do meio em que o sobreiro se desenvolve, designadamente os anos de seca continuada e outras agressões como podas mal efetuadas e montados

---

<sup>4</sup> Envelhecimento dos tecidos do organismo



descuidados pelos seus proprietários, razões do seu declínio ou, serão as pragas e doenças detetadas nas árvores o motivo desta conjuntura?

A questão das agressões voluntárias e involuntárias aos montados de sobreiro é admitida como complementaridade das ações, ou seja, a comparência de diversos fatores motivadores de stress<sup>5</sup> proporciona circunstâncias para que a expansão de doenças e pragas, devam aligeirar o procedimento da deterioração e a impedição do recobro do montado, mesmo sob circunstâncias ambientais favoráveis.

“Relativamente ao sobreiro embora se tivesse atingido um razoável conhecimento da entomofauna<sup>6</sup> e da microflora que lhe estão associadas, pouco se conhece sobre inter-relações entre populações de agentes nocivos e a árvore, o que constitui uma lacuna importante no delineamento de estratégias de proteção.” (Natividade, 1950).

#### **2.3.2.1. Doenças no montado de sobreiro**

Perante comunicados divulgados no portal eletrónico pela Direção Geral dos Recursos Florestais. Segundo o portal da APCOR, a maioria das “multidões” causadoras das doenças comprovadas para o sobreiro são fungos que, por rega, são endófitos<sup>7</sup> e só se divulgam em fases mais ou menos adiantadas de declínio o que indica que o seu progresso é, em termos globais, condicionado pelo estado de vigor da árvore.

Entre estes agentes, os que têm vindo a ser detetados como tendo maior impacto no montado de sobreiro são a *Phytophthora*; *Armillaria*; *Endothiella gyrosa*; *Botryosphaeria*; *Biscogniauxia* e *Coryneum*. Contudo, o seu modo e grau de ataque difere tanto a nível de intensidade, como danos provocados e na época em que atuam, conforme descreve o, DGRF, mediante o Plano estratégico para

---

<sup>5</sup> Conjunto das perturbações orgânicas e psíquicas provocadas por vários estímulos ou agentes agressores, como o frio, uma doença infecciosa, uma emoção, um choque cirúrgico, condições de vida muito ativa e trepidante, etc.

<sup>6</sup> Comunidade que se alimenta de insetos.

<sup>7</sup> Tornam-se Indomados, não vencidos, arrogantes e altivos.

recolha de informação sobre o estado sanitário das florestas em Portugal continental (2007).

#### **2.3.2.2. Pragas no montado de sobro**

De acordo com Ferreira e Ferreira (1986, 1989) foram reconhecidas, no nosso país, noventa e duas espécies de insetos que podem causar danos nos sobreiros e nas azinheiras, ainda que nem todas tenham repercussões financeiras. De um modo genérico, os insetos que agridem as folhas (desfolhadores) executam um papel de enfraquecimento nas árvores, diminuindo o crescimento mas, em geral não as matam. No entanto, os insetos que atacam o tronco e os ramos podem causar a extinção das árvores, sobretudo se estas já se encontrarem debilitadas. De facto, as primeiras notícias sobre pragas no montado datam de princípios do século XX e referiam-se à lagarta do sobreiro (*Lymantria díspar* L.) provocando na época de 1945 a 1958 os seus maiores níveis populacionais (Nogueira, 1967; Figo, 1972). Ataques significativos da cobrilha dos ramos e da cobrilha da cortiça começaram também a ser registados nessa altura (Neves, 1944).

Nos últimos anos voltam a detetar-se ataques estimulados por desfolhadores (lagarta do sobreiro e lagarta verde) em vastas áreas de montado a sul do rio Tejo. No nosso País, a catalogação da entomofauna do sobreiro refere 33 espécies de lepidópteros desfolhadores (12,2% do total de espécies descritas), todas consideradas nocivas (Silva, *et al.*, 1968). Parece todavia que esta quantidade de espécies possa estar menosprezada, pois em Espanha foram enumeradas 86 espécies em azinheira e 71 em carvalho-negral (Soria, 1988).

Na opinião de Sousa e Bonifácio (1998) estudos em Portugal indicaram uma mudança nos hábitos alimentares e nas dimensões dos insetos que foram sucessivamente constituindo pragas. Num dos últimos estudos efetuados sobre o nosso País relatam que existem diversificadas espécies de insetos que são potencialmente consideradas e relacionadas como ao declínio do montado de sobro (Cabral & Sardinha, 1992 e Sousa, 1995), nomeadamente desfolhadores;

mineiros; brocas do entrecasco; destruidores do fruto; xilófagos e destruidores da cortiça.

O papel de cada um destes agentes no processo de declínio pode ser muito diferente, fundamentalmente do tipo de agressividade característico da espécie e da extensão e intensidade de ataque. É de um modo geral, aceite que os desfolhadores atuam como fatores primários, enquanto os xilófilos<sup>8</sup> são considerados como fatores secundários. Desta forma pode-se verificar (Figura 2.2) que as pragas (insetos) diferem das doenças (fungos), visto que os agentes são diferentes e provocam danos distintos.

**Figura 2.2 – Quadro que relaciona os indícios causadores pelos diferentes agentes/fatores**

Indícios	Factores
Galerias no lenho ou na zona sub-cortical	Insectos
Presença de serrim	
Orifícios na casca e na madeira	
Rebordo das folhas consumido	
Folhas esqueletizadas ou com galerias no limbo	
Folhas roídas (completamente ou ficando apenas a nervura)	
Presença de insectos adultos ou de larvas nas diferentes partes da planta	
Presença de posturas	
Presença de abrigos de protecção (p. ex.: ninhos, folhas enroladas)	
Presença de micélio na parte da planta atacada	Fungos
Existência de frutificações (p. ex.: carpóforos na árvore ou no solo, cirros de esporos ou pontuações no órgão atacado)	
Existência de estromas	

**Fonte:** Plano Estratégico para Recolha de Informação sobre a Sanidade das Florestas em Portugal Continental, DGRF, 2007.

<sup>8</sup> **Xilófilos** - Espécie com preferência por ambientes secos.

## 2.4. Ecossistema do sobreiro

Relativamente à questão do clima (Alves, 1982; Loureiro, 1995 e Natividade, 1950), o sobreiro é uma espécie do chamado Lauretum, isto é, prospera bem em regiões onde os verões sejam quentes e secos, com pouca chuva e com Invernos suaves, sem neve, sendo sensível às geadas, especialmente as primaveris e resistindo relativamente bem ao vento. Também relativamente à altitude Natividade (1950) refere que o ótimo desta espécie localiza-se abaixo dos 200 m, no entanto poderá perdurar até aos 950 m, como exemplo no caso nas Beiras e Trás-os-Montes (600-700 m) e na Serra da Estrela (800-900 m).

Segundo Feio (1991), o sobreiro é uma árvore valiosa por muitos aspetos: árvore indígena, excelentemente adaptada ao clima da metade ocidental do sul do nosso país, tem a inestimável vantagem de preferir os solos ácidos e pobres para outras culturas, sobretudo os arenosos. Apesar do isolamento do invólucro de cortiça, prefere as regiões onde o rigor do verão é atenuado pela influência atlântica; o mapa da distribuição do sobreiro no nosso país é perfeitamente explícito. Por esta razão, temos muito melhores condições para esta árvore do que a vizinha Espanha, mesmo do que a restante área de sobreiro, que se situa nas margens do Mediterrâneo ocidental, onde a influência marítima é menor do que na frente atlântica. Estamos no solar do sobreiro, a região do Mundo com melhores condições naturais, pelo menos entre aquelas onde a árvore existe.

*“Entre as regiões de clima mediterrânico onde a árvore falta, destaca-se a zona litoral da Califórnia, pela extensão e por ter o Verão mais fresco do que o nosso; mas as rochas e os solos são de dominante calcária.”* (Feio, 1991, p. 62).

O sobreiro é pouco rigoroso no que se refere aos solos, detém uma grande tolerância quanto à sua composição química e evidencia grande capacidade para extrair partido de quase todos os tipos de solo o que faz com que esta espécie seja muito adaptável. Segundo Alves (1982), consegue *“tirar partido de solos arenosos e descalcificados, muito ingratos, verdadeiros solos esqueléticos, em condições desfavoráveis a quase todas as outras espécies arbóreas do País”*. Perante a opinião de Natividade (1950), Alves (1982) e Goes (1991), o sobreiro só

não se consegue adaptar a solos excessivamente argilosos, mal drenados e abundantemente húmidos.

Mediante o manual de instalação de novos povoamentos com sobreiros (2007) que refere que o pH<sup>9</sup> dos solos pode situar-se entre 4,5 e 7,5 tendo um pH ideal entre 5,5 e 7,0. Em situações de encostas torna-se mais favorável do que as situações de baixa devido principalmente à estrutura e drenagem do piso. De facto, a maior desfolhação e mortalidade de árvores são detetadas em zonas onde se confere má drenagem.

Também o calcar ou o pisar excessivo do gado (sobretudo bovino) contribui para a degradação das condições de vegetação das árvores, pois impulsiona a compactação do solo e diminui o arejamento e a capacidade de infiltração da água. Para a grande maioria dos montados de sobreiro aconselham encabeçamentos de 0,6 - 1 ovinos por hectare ou 0,1 - 0,2 bovinos por hectare. Também no manual de instalação de novos povoamentos com sobreiros (2007) é referido que o sobreiro é uma espécie de meia-luz, e nos primeiros anos de vida a sombra é relevante para esta espécie. As exposições norte e este favorecem, em geral, o estado vegetativo das árvores.

## **2.5. Povoamento do montado de sobreiro e manutenção**

Segundo a generalidade dos autores apenas se socorrem das sementeiras quando as condições climáticas da estação o permitem, ou seja, quando há temperaturas e humidade propícias à possibilidade da germinação das sementes e ao desenvolvimento das plântulas e quando os solos são de textura ligeira que permitam o enraizamento espontâneo. Esta tarefa deverá ser efetuada por regra entre novembro e dezembro (nas zonas com verões mais secos) ou então entre janeiro e fevereiro.

Por regra, a sementeira é feita no cedo, no fim do outono, traz menos problemas de conservação da semente e abriga mais a planta da seca do que a sementeira

---

<sup>9</sup> Escala que mede a acidez (<7), a neutralidade (=7) ou a alcalinidade (>7) de uma solução.

no final do inverno e princípio de primavera. No decurso dos primeiros meses logo depois da germinação, o sobreiro alimenta-se basicamente das reservas nutritivas contidas na semente, e é por volta do primeiro Verão, quando se esgotam as referidas reservas que inicia a competição pela água e nutrientes.

A sementeira pode ser feita de 3 formas diferentes a lanço, em linhas ou localizada, sendo efetuada a escolha da modalidade em função das condições particulares do local, de modo a poupar as sementes e facultar as operações culturais subsequentes. No caso da sementeira em linhas ou localizada o número de sementes por local de enterramento não deve exceder 2 a 3 unidades chamada por cova podendo suprimir depois plantas se todas elas brotarem (não antes do 3º ano após a instalação). Esta prática é considerada um método de fácil desempenho e não está associada a grandes dispêndios. No entanto, esta modalidade requer algum tempo, correlativo ao período que a semente leva a germinar e a atingir a altura das plantas que são usualmente instaladas no campo de cultivo enquanto é utilizada a modalidade da plantação. A colheita das sementes (bolota) deve ser feita entre novembro e dezembro, isto é, após o amadurecimento da segunda camada de frutificação e previamente às primeiras geadas. A sementeira com bolotas poderá ter de incluir trabalhos de proteção contra investidas de animais assim como ratos, coelhos e javalis que são bastante ativos, particularmente em áreas de matos ou que vinham sendo semeados cereais.

Segundo o manual das Boas práticas de Gestão em Sobreiro e a Azinheira - DGRF (2006) referem que a florestação com plantas encovadas, nascediças com proveniência de viveiros, é uma prática muito desenvolvida para a inserção de todo o tipo de espécies florestais. No entanto, o custo dessas plantações são superiores ao custo da sementeira e, se houver muitas falhas na colocação, o custo da reposição ou a chamada retancho é identicamente considerável.

Mediante a DGRF e a APCOR a qualidade da planta é o fator básico para o sucesso da plantação, pois a qualidade baseia-se em características dendrométricas das plantas tais como a altura global, o diâmetro basal e biomassa da parte aérea e das raízes. Entre as múltiplas razões da elevada

mortalidade no montado de plantações recentes evidencia-se o baixo progresso do sistema radicular, peculiarmente da raiz profundante que impede a planta de aderir a horizontes profundos do solo antes da vinda da seca.

Conforme o Manual de instalação de novos povoamentos com sobreiro (2007) o período ideal da plantação situa-se entre outubro e fevereiro.

A forma ou o método utilizado, geralmente são através de quadrados, alternam consoante os objetivos de produção de 5x5 metros para a produção de cortiça e de 6x6 ou 6x4 metros para montados cultivados em regime silvo-pastoril estas plantações poderão ser mecanizadas, em linhas, ou manual, também em covas ou os chamados covachos. A extensão dos covachos derivará do tamanho das raízes ou dos torrões formados pelo solo. O covacho ou cova do plantio deve ser consumado no terreno e antecipadamente preparado para que as plantas sejam aplicadas no covacho na postura vertical, tendo o cuidado de não dobrar o seu sistema radicular. Também no manual referido ressalta a ideia de no processo do enchimento do covacho, deve-se encostar a terra cuidadosamente e sem pressão excessiva, somente com a finalidade aconchegar bem a terra às raízes de forma a não possibilitar a geração de bolsas de ar.

## **2.6. A cortiça**

Desde o século XVIII e com maior intensidade a partir do final do século XIX, a expansão do setor vitivinícola e o resultante aumento de procura da cortiça para a indústria rolheira, fez dilatar o interesse comercial da cortiça que constitui presentemente o principal valor económico dos montados de sobreiro. Considera-se como requisito mínimo para a extração da primeira cortiça um período de nove anos, sendo que a retirada desta, estimula e origina o aumento da atividade biológica do sobreiro e o aumento da captação CO<sub>2</sub><sup>10</sup> da atmosfera que provoca a produção de uma massa suberícola, ou seja, mais cortiça. Um sobreiro de porte médio produz entre 4 e 10 arrobas de cortiça e um de grandes dimensões entre 20 e 30 arrobas (Goes, 1991). No entanto a cortiça além de ser o produto

---

<sup>10</sup> Símbolo químico do dióxido de carbono

recolhido do sobreiro, este ainda faculta a possibilidade do seu produtor poder colher subproduto, ou seja, periodicamente com a poda e o desbaste o seu produtor ainda recolhe a lenha ou poderá ter a possibilidade de a usar como carvão, visto que a sua madeira tem pouco interesse económico devido à pouca altura dos fustes, no entanto é muito apreciada para produção de carvão pelo facto de obter bastante poder calorífico ou para trituração.

Conforme Azul (2002) a composição da cortiça é essencialmente suberina<sup>11</sup>, mas possui também celulose, taninos<sup>12</sup>, lenhina<sup>13</sup>, ceras e outros polissacáridos<sup>14</sup>, que lhe conferem propriedades químicas, físicas e mecânicas únicas. Desta forma, e por ser um tecido com capacidade regenerativa, a cortiça tem extrema importância económica, e é empregue em diversos setores da indústria, em múltiplas aplicações.

#### **2.6.1. A extração da cortiça e o seu acondicionamento**

De todos os trabalhos culturais do sobreiro, o descortiçamento é, sem dúvida, dos mais importantes. Nunca se deve relativizar a simplicidade desta técnica pois, são muitas as circunstâncias que se devem ter em conta, tais como os operários experientes pela experiência adquirida, onde a sua perícia é crucial no sobreiro. A perícia dos cortes horizontais e sobretudo a deslocação da prancha sem atingir o entrecasco, é fundamental para a saúde da árvore.

De acordo com Pereira (1999) é necessário efetuar o descortiçamento com algum cuidado pois é retirada a “subproduto” mais esperada e mais rentável obtida pelo produtor com a detenção do sobreiro, contudo não se pode danificar o sobreiro. Esta atividade verifica-se ou realiza-se na fase mais ativa do sobreiro em meados de maio junho até agosto. O descortiçamento é o trabalho que consiste em rasgar as membranas das células de cortiça recém-formadas, para que esta dê, é

---

<sup>11</sup> Substância extraída da cortiça.

<sup>12</sup> Substância adstringente existente sobretudo na casca do carvalho, do castanheiro e do eucalipto, e que é o ácido tânico.

<sup>13</sup> Agasalhos

<sup>14</sup> Glícido formado pela união de numerosas moléculas de oses, como o amido, a celulose e o glicogénio. = POLISSACARÍDEO



importante que a assentada geradora se encontre no seu pico de atividade. Mas poucos sabem que são precisos 25 anos, até que um tronco de sobreiro comece a produzir cortiça, e pelo menos mais 25 para obter a qualidade exigida no processo de transformação em rolha de cortiça natural.

Cada tronco tem que atingir um perímetro de 70 cm quando medido a 1 metro e 30 cm do chão. A partir desta altura o sobreiro fornecerá de 9 em 9 anos e durante um século e meio cortiça de boa qualidade, o que faz uma boa recolha por parte do produtor até à árvore atingir 200 anos. Um ponto muito importante sobre a desboia<sup>15</sup> é o facto de esta ser prematura e prejudicar gravemente a produtividade da árvore o que se deverá respeitar sempre no mínimo a retirada de 9 em 9 anos, podendo em algumas circunstâncias ter um período mais dilatado por 1 ano. Este prolongamento permite que cresça e ganhe calibre, passando a rolhável, o que vai promover a sua valorização, pois é feita uma avaliação previamente antes do descortiçamento, perspetivando o calibre à data da sua comercialização o que é uma ferramenta importante para a devida extração.

Quanto a extração total, não existe exatamente um número certo de quantidades possíveis para o fazer mas aconselham apenas 12 extrações, no entanto há situações em que o sobreiro se sente capaz de produzir com vigor que torna possível extrair 15 a 16 tiradas em todo o seu ciclo de vida.

Segundo a Campanha de cortiça, UNAC (2009, p.9), *“A extração mecânica pode permitir uma redução de custos, comparativamente com a manual, face ao maior rendimento no campo e ao maior aproveitamento que as pranchas têm (os cortes retos melhoram o rendimento das pranchas extraídas). Assim, e nos montados com extração predominante nos fustes, fomentar junto do tirador a utilização da extração mecânica, utilizando este argumento como forma de valorização da cortiça junto do comprador.”*

### **2.6.2. Tipos de cortiça**

O subproduto eleito do sobreiro é realmente a cortiça. Todas as extrações devem ser efetuadas com intervalos mínimos de 9 em 9 anos. A primeira tirada é

---

<sup>15</sup> Desboia é o nome que se dá ao primeiro descortiçamento do sobreiro.

denominada por “desboia” realiza-se quando a árvore detém mais de 25 anos. Ao produto extraído é designado de cortiça “vigem”.

No entanto a cortiça virgem poderá ter proveniência não só da primeira tirada mas de outras situações tais como sobreiros abatidos. Segundo Mendes (2002), “...a partir de ramos de poda no sentido longitudinal apresentando fragmentos de tecido lenhoso, sendo conhecida neste caso pela designação de “falca”. Na segunda tirada o produto extraído é designado por cortiça “secundeira”, sendo o seu atributo pior do que as das tiradas subsequentes cujo produto é designado de cortiça “amadia”. A cortiça amadia é da qualidade mais procurada, pois detém qualidade superior e destina-se principalmente para a preparação de pranchas no fabrico de rolhas.

## 2.7. Mercado

Como já referido anteriormente a cortiça é uma fonte de rendimento através da sua exportação onde o nosso país lidera. Para tal, os nossos produtores deverão fazer com que o produto seja de qualidade extrema. Uma problemática em causa que está em voga é a procura externa que, nos últimos anos fez com que oscilassem as vendas. Em face do sucedido, alguns produtores reduziram a sua oferta alongando a extração da cortiça por uns anos para que a sua procura fosse superior face à oferta e assim o seu valor de mercado aumentasse.

É de salientar o facto de neste último ano as cotações tenham aumentado, conforme demonstra a Figura 2.3.

**Figura 2.3 – Cotação Média Nacional de Culturas Arvenses, Palha e Cortiça.**



**Fonte:** SIMA. “Sistema de Informação de Mercados Agrícolas”.

A existência deste produto de excelência, tem o seu preço regulamentado no mercado de acordo com o demonstrado pelo quadro fornecido pelo Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), conforme se pode verificar no Quadro 2.5 que reporta a dados da semana de 11-6-2012 a 17-6-2012.

**Quadro 2.5 – Informação Semanal de 11 - 06 - 2012 a 17 - 06 - 2012 sobre o Comércio Internacional de Janeiro a Dezembro.**

PRODUTO	2010		2011		Unidade: toneladas	
	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	Variação (%)	Variação (%)
					Entradas 2011/10	Saídas 2011/10
Cortiça natural	48 089.7	24 434.6	62 147.0	29 092.0	29.2	19.1
Obras de cortiça natural	1 682.2	13 937.8	1 335.7	13 602.3	-20.6	-2.4
Cortiça aglomerada e suas obras	811.4	105 092.0	939.5	105 036.4	15.8	-0.1
Total	50 583.3	143 464.5	64 422.2	147 730.7	27.4	3.0

PRODUTO	2010		2011		Unidade: 1000 EUR	
	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	Variação (%)	Variação (%)
					Entradas 2011/10	Saídas 2011/10
Cortiça natural	71 500.5	36 744.2	109 683.7	45 025.0	53.4	22.5
Obras de cortiça natural	18 545.5	343 371.7	20 646.1	360 142.5	11.3	4.9
Cortiça aglomerada e suas obras	4 928.5	348 760.4	5 497.2	363 877.6	11.5	4.3
Total	94 974.5	728 876.3	135 826.9	769 045.1	43.0	5.5

**Fonte:** SIMA (2011)

Conforme demonstrado no Quadro anterior, e de acordo com a página online disponível do SIMA, este tem como objetivos definidos, designadamente, a escolha do mercado dos produtos agrícolas, servido de base para uniformização da cotação dos produtos disponíveis. A informação que foi referida no parágrafo anterior, diz respeito aos preços dos produtos agrícolas, tendo por base a análise a mercados de produção e aos mercados grossistas e abastecedores.

O SIMA foi criado para acompanhar mercados concorrenciais, onde subsistem muitos operadores, quer a comprar como a vender. Desta forma o SIMA efetua o acompanhamento de inúmeros setores e torna-se uma fonte fiável para o apuramento do jv principalmente nos setores sazonais entre outros, tais como, aves e ovos; azeite e azeitona; bovinos; caprinos; cereais; **cortiça**; flores e folhagens; frutos frescos; frutos secos e secados; girassol; hortícolas; leite e laticínios; ovinos, e suínos.

### **3. A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM PORTUGAL E A SUA NORMALIZAÇÃO**

#### **3.1. NCRF 17 – Agricultura**

Em Portugal somente a partir de 1 de janeiro de 2010 através da publicação do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho é que o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) entrou em vigor. Este teve por base na sua elaboração as Normas Internacionais de Contabilidade adaptadas pela União Europeia. Os assuntos abordados em algumas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) não são completamente desconhecidos, pois na última década as ultimas Diretrizes Contabilísticas já continham um tratamento similar às normas internacionais, uma vez que tinham vindo a sofrer algumas alterações, no sentido de acompanhar o desenvolvimento internacional que estava preceituado pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relativamente ao setor da agricultura, em Portugal não havia nenhum normativo que o abordasse. De acordo com Cardoso (2010) a regulamentação nacional existente era inadequada para o setor devido à especificidade do mesmo. Somente com a entrada em vigor do SNC é que foi possível o surgimento e a aplicação da NCRF 17 - Agricultura, cujo objetivo é regulamentar o setor da agricultura mais especificamente conceder o reconhecimento e mensurações dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Esta NCRF passou a vigorar através da publicação do aviso 15655/2009 de 7 de setembro, tendo sido elaborada pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) com base na Norma Internacional de Contabilidade IAS 41 – Agricultura, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

A IAS 41 também só foi elaborada na última década pois foi apenas em 2000 que foi publicada entrando em vigor em 2003. As empresas agrícolas Portuguesas aplicavam-na supletivamente para os seus produtos agrícolas e ativos biológicos, de acordo com as regras do vigente Normativo (POC) à data. A NCRF 17 – Agricultura - veio aclarar o tratamento contabilístico no que se refere ao

reconhecimento e mensuração de ativos biológicos e aos produtos agrícolas assim como nos subsídios de exploração das respectivas atividades agrícolas.

A NCRF 17 veio também e fundamentalmente incluir o tratamento contabilístico de ativos biológicos no decurso do seu crescimento, degeneração e procriação e a respetiva mensuração inicial dos produtos agrícolas, mas somente até a sua colheita.

A NCRF 17 também se distingue do antigo sistema POC, uma vez que aquela delimita a mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita, devendo ser registada pelo seu jv menos os custos estimados no ponto de venda, ao invés do que descrevia o POC, em que a valorização se realizava pelo seu custo de produção ou de aquisição.

Segundo Silva (2011), a NCRF 17 reparte a agricultura em três tipos de agricultura, ou seja, culturas temporárias e permanentes; pecuária e aquacultura e por fim a Silvicultura, sendo que a nossa análise está inserida nesta última classificação no entanto possuem uma extrema particularidade pois também é de caráter sazonal.

### **3.2. Definições relacionadas com a agricultura**

A NCRF 17 entre outras especificidades integra os conceitos que nela são utilizados, pois todos os inventários ou existências integram agora os ativos de uma forma mais específica. Estes poderão ser detidos para a venda no desenvolvimento da sua atividade empresarial (agrícola), mas também podem ser reconhecidos no processo de produção para venda e por último, na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no método de produção ou na prestação de serviços. Outra particularidade que distingue esta norma é ela conter o tratamento contabilístico dos ativos biológicos.

Para uma boa compreensão da mesma devemos reter alguns significados descritos na própria norma tais como: atividade agrícola; colheita; grupo de ativos biológicos; crescimento natural; transformação biológica; procriação; produção;

degeneração; justo valor; valor realizável líquido; mercado ativo; ativos biológicos consumíveis e ativos biológicos de produção.

### **3.3. Reconhecimento e mensuração no ponto de colheita dos ativos biológicos e produtos agrícolas**

O reconhecimento de os ativos biológicos e produtos agrícolas deve ser efetuado ao jv. A NCRF 17 elege o modelo do jv para a mensuração de ativos que assenta *“na quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas”*.

Assim, qualquer entidade deve identificar os seus ativos biológicos e produtos agrícolas, em concordância com o § 11 da NCRF 17, ou seja, quando e somente quando a entidade controla o ativo decorrente de eventos passados; seja provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade e por ultimo que o justo valor ou custo do ativo possa ser fielmente mensurado.

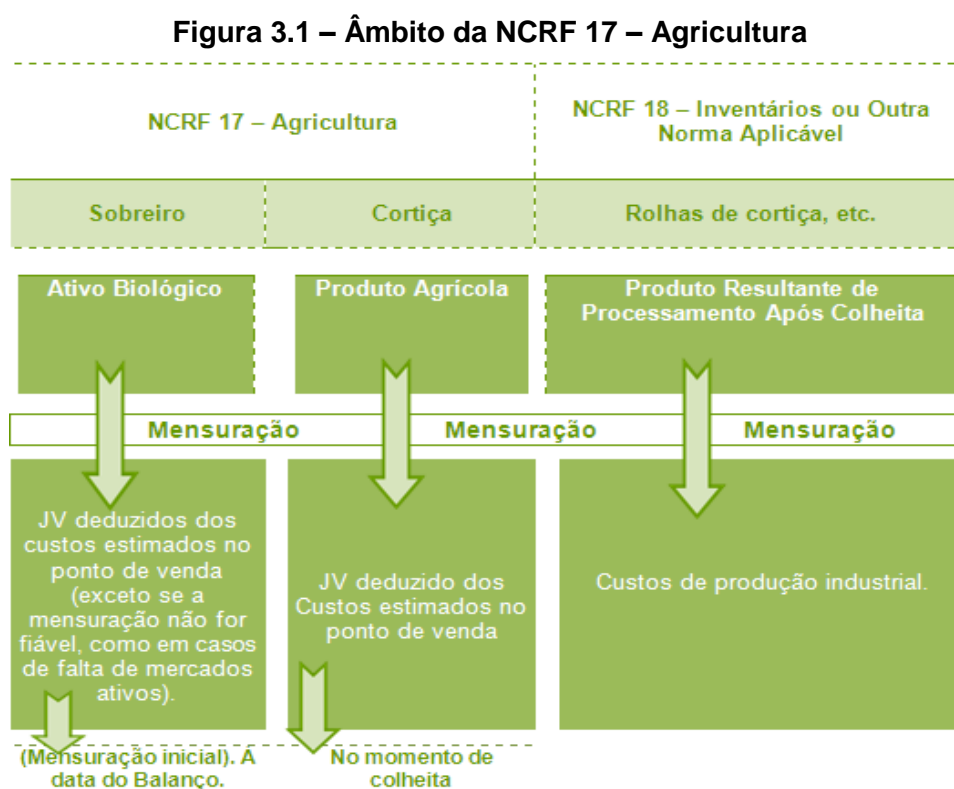
De acordo com a NCRF 17 no seu § 13 os ativos biológicos deverão ser mensurados no reconhecimento inicial, e em cada data de balanço, que é a mensuração subsequente, pelo jv menos os custos estimados no ponto de venda, exceto quando este não consiga ser fiavelmente mensurado. Daí, existir um desígnio de que o jv de um ativo biológico pode ser mensurado com fiabilidade.

Esse desígnio, que está de acordo com a referida norma no § 31, *“apenas pode ser refutado no reconhecimento inicial de um ativo biológico, relativamente ao qual os preços de mercado não estejam disponíveis e outras possíveis alternativas para estimar o justo valor sejam consideradas como pouco fiáveis”*. Desta forma, após a entidade reconhecer os seus ativos biológicos ao justo valor, deve ser consistente com este reconhecimento não podendo alterar para o modelo do custo. A Norma prevê que este pressuposto só possa ser contrariado no momento do reconhecimento inicial

Assim sendo, sempre que não haja a possibilidade de estimar fiavelmente o jv dos ativos biológicos detidos, estes deverá ser mensurado conforme o § 31 da

NCRF 17 “pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada”. No que se refere “ao produto agrícola colhido dos ativos biológicos de uma entidade como por exemplo a cortiça, as Normas designam que se deve mensurar pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita o que se conjectura que o justo valor do produto agrícola no ponto de colheita poderá ser sempre fiavelmente mensurado”.

No entanto, após a colheita, a mensuração será o valor inicial a considerar para o efeito de aplicação de outras Normas atendendo à NCRF 18 - Inventários ou uma outra Norma aplicável, conforme descrito através da Figura 3.1:



**Fonte:** Adaptado de Cardoso, Carlos. (2010, p.3).

Subsequente à mensuração dos produtos agrícolas e dos ativos biológicos, são refletidos como gastos no ponto de venda as comissões a corretores e negociadores, as taxas de agências reguladoras e de bolsas de mercadorias, e as taxas de transferência de mercadorias. No entanto, estes não abrangem os gastos de transporte, assim como outros gastos necessários para transportar o

produto para o ponto de venda ou mercado (NCRF 17, § 15). Os custos atrás referidos não estão compreendidos nos custos no ponto de venda, uma vez já estarem considerados na determinação do jv, tal como determina a NCRF 17 no seu § 10, *“o justo valor de um ativo é baseado na sua localização e condições presentes. Consequentemente, por exemplo, o justo valor do gado numa fazenda é o preço do gado no mercado relevante menos o custo de transporte e outros para levar o gado para o mercado”*.

### **3.4. Problemática do Justo Valor nos ativos biológicos e produtos agrícolas**

A expressão justo valor designa, a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não existe relacionamento entre elas, este distingue-se do valor realizável líquido na medida em que o valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que uma entidade espera realizar com a venda do ativo no decurso ordinário da atividade empresarial. Temos como exemplo, no caso dos inventários, o valor realizável líquido pode não ser equivalente ao jv menos os custos de vender.

O conceito de jv existente na NCRF 17 é de acordo com Silva (2011), em muito similar ao que é descrito nas outras NCRF do SNC. De acordo com o autor, o jv tem vantagens pois permite maior relevância na comparabilidade e compreensibilidade dos ativos com mercado ativo, é a única forma de mensurar os animais nascidos nas explorações agrícolas; é a melhor medição da avaliação do desempenho dos ciclos de produção extensos que detém volatilidade na produção e no mercado em que o custo histórico não refletia verdadeiramente os efeitos da transformação biológica. Por sua vez, estas vantagens acarretam alguns inconvenientes a nível contabilístico, tais como, com as alterações físicas (idade e crescimento), o jv dos ativos biológicos sofre oscilações; alterações nos valores/preços em função das circunstâncias de mercado; dificuldades na obtenção do jv nas lavouras; em muitos casos devido a fenómenos naturais entre outros exemplos, verifica-se o reconhecimento de ganhos e perdas não



realizados, também muitas das vezes para obter o jv terá de se incorrer em maiores custos.

A NCRF 17 descreve também um pressuposto que se poderá presenciar em algumas situações na atividade agrícola, ou seja, nos casos em que não é possível mensurar os ativos biológicos pelo jv, podendo atender-se à mensuração pelo seu custo deduzido de qualquer perda de depreciação acumulada e qualquer perda de imparidade acumulada. Como exemplo destas situações temos casos em que os preços ou valores estabelecidos pelo mercado não estejam disponíveis e relativamente ao qual as estimativas opcionais do jv estejam determinadas como sendo pouco fiáveis. No entanto após este reconhecimento inicial para o determinado ativo, poder-se-á tornar fiavelmente mensurável, e nesses casos, a entidade deverá proceder à sua mensuração pelo jv deduzido dos custos estimados do ponto venda, ficando assim classificado conforme a restante classe de ativos.

Na opinião de Mendes (2010) deve-se atender a diversos fatores para a determinação do jv. Se existir um mercado ativo para um determinado tipo de ativo biológico ou produto agrícola, o preço cotado nesse mercado (cotações oficiais de mercado disponibilizadas pelo SIMA) deverá servir de base para a determinação do jv dessa classe de ativos (§18 NCRF 17). Também poderá haver situações em que se não houver mercado ativo, a entidade deverá usar um ou mais dos seguintes indicativos, quando livres, na determinação do jv (§19 NCRF 17) como o preço mais recente de transação no mercado, como alternativa poderá ser os preços de mercado de ativos semelhantes e por fim caso não seja possível as duas hipóteses anteriores deverá ser tomado em conta as referências mais atuais do setor.

Quando os preços estabelecidos pelo mercado não estiverem disponíveis para um ativo biológico na sua condição atual, a entidade deverá usar, no apuramento do jv, o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados do ativo, descontados a uma taxa pré-imposto estabelecida no mercado corrente (NCRF 17 §21).

Desta forma pode-se concluir que a mensuração do jv torna-se uma tarefa mais difícil e por vezes suscitar alguma dificuldade para a sua fiável mensuração, com o novo normativo a NCRF 17 veio regular e privilegiar o jv face até então ao custo histórico, no entanto no setor agrícola há a particularidade de poder-se deparar com produções sazonais onde de exercício para exercício de relato financeiro sofrem variações constantes e significativas. Também de realçar no setor corticeiro é que embora haja um mercado que regula os preços de mercado, torna-se impossível seguir somente esse indicador, como base para o apuramento do jv, pois além da cortiça deter vários tipos/qualidades que cujo preço varia em sua função, também existe o problema de haver cortiça com o mesmo tipo que varia consideravelmente na qualidade fazendo com que o seu devido jv atenda a todos esses aspetos.

### **3.5. Ganhos e perdas**

Conforme descrito no § 27 da NCRF 17, *“um ganho ou uma perda resultante do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda”* deve ser incluído nos resultados do período em que ocorre.

Atendendo a este relato todos os ganhos ou perdas, exceto os aumentos de jv decorridos nos períodos que devem ser reconhecidos como aumentos de jv, verificadas no ativo biológico devem ser refletidos no momento do registo da sua alienação e sempre reconhecidos no ano em que se procede à venda.

Tratamento idêntico tem “um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo jv menos custos estimados no ponto de venda”, deverá ser incluído nos resultados do período em que ocorre, de acordo com o §29, desta norma.

### **3.6. Subsídios Governamentais enquadrados no âmbito da NCRF 17**

Após a expansão e evolução industrial a população deixou gradualmente de cultivar e fazer as manutenções agrícolas, criando a desertificação em zonas propícias a culturas agrícolas muito peculiares, o que provocou lacunas na agricultura. Para incentivo à manutenção e ao investimento agrícola foram atribuídos subsídios governamentais a fundo perdido a fim de incentivar a prática agrícola. Regra geral, os subsídios governamentais para ativos biológicos com o surgimento do novo normativo são disciplinados pela NCRF 17, a não ser nos casos excepcionais em que esta mesma norma remeta o respetivo tratamento contabilístico para a NCRF 22- Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais.

O critério usado na mensuração dos ativos biológicos é determinante na identificação da norma aplicável à contabilização dos subsídios para a agricultura. Assim, se o subsídio está relacionado com ativos biológicos mensurados:

- Ao justo valor menos custos estimados no ponto de venda: aplica-se a NCRF 17 (§§ 35 a 37);
- Ao custo menos quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas: aplica-se o disposto na NCRF 22.

A NCRF 17 faz a distinção entre subsídios não condicionais e subsídios condicionais, cada um dos quais com tratamento contabilístico distinto:

- Subsídio não condicional: deve ser reconhecido como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torne recebível (§ 35);
- Subsídio condicional: deve ser reconhecido como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio (§ 36). A norma exemplifica, no seu § 37, alguns possíveis termos e condições dos subsídios governamentais.

### **3.7. Divulgações**

Atendendo ao DL n.º 158/2009, de 13 de Julho, este no seu preâmbulo relata, *"tendo em conta as entidades a que se destina o SNC, no processo de adaptação das normas internacionais de contabilidade (...) pretende-se evitar níveis de exigência informativa porventura excessivas"*, sendo as divulgações impostas pela NCRF 17 consideravelmente inferiores às exigidas pela IAS41. No entanto a NCRF 17 descreve nos seus §§ 44 a 47, especificamente quais as divulgações que considera obrigatórias na sua aplicação.

Como foi abordado anteriormente, para os subsídios governamentais associados aos ativos biológicos que estejam mensurados pelo devido jv, também esta norma estabelece as divulgações mínimas exigidas para a apresentação, tais como, a descrição dos subsídios governamentais reconhecidos como rendimentos no exercício em relato; as condições determinadas para uma atribuição de subsídio, e as que faltam cumprirem à data de relato; as contingências associadas ao mesmo; as alterações significantes aguardadas com a atribuição do subsídio, designadamente as que correspondam à diminuição dos fluxos financeiros futuros. Por fim resta salientar que também na aplicação da NCRF 17, deve-se apresentar separadamente do balanço o valor contabilístico dos ativos biológicos.

### **3.8. Revisão de literatura**

Na literatura exposta que teve como objeto de estudo, depreende-se com facilidade que o tema mais subjacente foi a mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas pelo seu respetivo jv.

Os custos de aplicação que emergem no decurso do apuramento do jv para parte ativos biológicos, particularmente árvores de fruto, videiras e outros ativos hortícolas, excedem os benefícios da informação resultante, provocando um impacto sobre grupos diferenciados de utilizadores. Scheid, 2004; Elad, 2004; Scott, 2005; Perry, 2007; Waine, 2009 e por fim Cordeiro, 2010).

Herbohn e Herbohn (2006) que estudaram a distorção de resultados em novos normativos quando analisando a NIC 41 concluíram que a mensuração e o

reconhecimento dos ativos biológicos pelo seu jv tem originado e afetado evidentemente as demonstrações financeiras, provocando uma maior volatilidade nos lucros. Em particular os ativos florestais apresentam muitas dificuldades de mensuração. Os autores concordam que a IAS 41 seja um padrão ambicioso e de grande alcance, cujo intuito é amplo, com aplicabilidade a vários tipos de ativos biológicos.

George (2007) como o objetivo de estudo do impacto do jv no setor agrícola nos resultados, concluiu que a mensuração do jv dos ativos biológicos distorce substancialmente os resultados de uma empresa agrícola utilizando um estudo de caso (SIPEF, SA.). Este autor afirma que a noção maleável de jv prejudica as informações contábilísticas, dificulta as opiniões de auditoria, provocando confusão e incentiva as práticas ilícitas. O autor considera que a adoção deste conceito conduziu ao abandono dos princípios contábilísticos fundamentais da prudência e do acréscimo, concluindo que se deveria abandonar a noção de jv nas demonstrações financeiras.

Perry (2008) arrematou que existe um grande conflito em torno da problemática da mensuração dos ativos biológicos no ponto de colheita. Pensa que a IAS 41 pode, obscurecer e distorcer o significado da informação financeira e que o nível de divulgação adicional exigido nos termos do novo padrão veio apenas confundir os utilizadores da informação financeira. Por fim, pondera que na Nova Zelândia, mais do que na maioria dos restantes países terá uma grande necessidade de dispor esta situação, apontando como solução a refinação da IAS 41 e não o seu afastamento.

À semelhança, Medeiros (2009), e Fernandes e Azevedo (2010) concluíram igualmente que a NCRF 17 à semelhança da IAS 41 tem efeito expressivos em análises às demonstrações financeiras das sociedades agrícolas, provenientes do aumento da grandeza do ativo, por compensação no aumento dos capitais próprios.

Mediante a opinião de Medeiros (2009), e Fernandes e Azevedo (2010) a IAS 41 possui diversos obstáculos técnicos relativos à sua execução, relativamente ao

enquadramento contabilístico de algumas conjunturas de ativos biológicos, que devem ser objeto de análise com a finalidade de comportarem refinamentos na busca de paradigmas contabilísticos opcionais que proporcionem uma distinta qualidade e relatos comparáveis.

Perante esta temática, Pires e Rodrigues (2008) apontou uma resolução mais coerente, tendo em vista a relevância contabilística das operações que envolvem ativos biológicos e produtos agrícolas, deveria refinar a imputação aos ativos dos gastos com a sua formação, crescimento e apanha, e por fim a utilização do jv deveria brotar de forma suplementar e não como paradigma de referência.

Waine (2009) quando estudou o impacto do jv no setor agrícola concluiu que a contabilidade de gestão é mais relevante para o sector agrícola do que a contabilidade financeira, no entanto, o jv é importante, somente se contribuir para o reforço do investimento e decisão dos processos de gestão. Concluiu também que a valorização dos ativos biológicos tendo por base valores de mercado, tem uma representação mais fiel das entidades subjacentes a esses ativos, contudo existem dificuldades na mensuração do jv, em especial relativamente aos ativos biológicos de produção fisicamente ligados à terra. Também este mesmo autor juntamente com Scheid (2004) atendendo a ativos biológicos de produção fisicamente ligados à terra, tentaram explicar as diferenças de aplicação entre a NIC 41 e a NIC 2 (*Inventários*).

Scheid (2004) concluiu existir uma certa dificuldade em perceber qual a norma a aplicar, concluindo sobre o enorme esforço de adaptação a ser efetuado em França.

Lefter e Roman (2007) contrariamente ao descrito por Scheid (2004) concluíram que a NIC 41 interpreta um bom ponto de partida para a transição do modelo do custo para o modelo do jv.

Silva (2011) considera que o presente modelo, baseado no jv, implica uma intensa revolução nos sistemas de mensuração, relativamente aos ativos

biológicos e aos produtos agrícolas, pois é abandonado o custo histórico passando para o *fv*, proporcionando assim, uma imagem mais verdadeira do valor dos ativos biológicos.

A dificuldade maior assiste na inexistência de mercados ativos que permitam a determinação do *fv*. Azevedo (2007) expõe que o *fv* pode ser determinado com base no preço de mercado ativo quando este existe, considerando-se essa a mensuração a mais fiável. Porém, em determinados setores da agricultura, tais como refere a vitivinicultura, entre muitos outros, este método torna-se difícil devido às características específicas do mesmo. O mesmo autor completou também que as variações no *fv* devem ser levadas a resultados do exercício a que dizem respeito, tal como menciona Azevedo (2005).

Fernandes (2009) posteriormente refere que o uso do valor presente dos fluxos de caixa futuros, como outro método a utilizar para a averiguação do *fv*, embora este seja de difícil determinação. Contudo, Azevedo (2007) e Fernandes (2009) concluíram que nos casos de inexistência de mercados ativos ou circunstâncias que impossibilitem mensurar com fiabilidade os ativos biológicos no seu estado imaturo ou atual, as entidades devem optar por mensurar estes ativos pelo seu custo.

Dos estudos que se têm dedicado à observação do impacto na adoção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS] (Cordeiro *et al.*, 2007; Calixto, 2010; Fernandes, 2007; Guerreiro, 2006; Lopes e Viana, 2008), e da IAS 41 a nível nacional (Azevedo, 2005, 2008), e a nível internacional (Scheid, 2004; Waine, 2009).

Cordeiro *et al.* (2007) finalizaram com a conclusão que o balanço patrimonial e a estrutura de resultados das entidades sofrem grandes alterações na fase de transição para as IAS/IFRS, gerando uma distorção das informações contabilísticas. Ao invés, Calixto (2010) acomodou pareceres controversos de contabilistas, auditores e executivos relativamente à implantação das IAS/IFRS, pois estas dividem-se em aspetos positivos da adoção de um padrão único, e

aqueles que arguem as dificuldades da adaptação, falta de conhecimento e altos custos com a modificação.

No entanto Fernandes (2007) apresentou-se como discordante pois chegou a conferir que em termos globais, o nível de gestão de resultados não exhibe diferenças estatisticamente significativas entre o período antecedente e o período subsequente à entrada em vigor das IAS/IFRS.

Guerreiro (2006) veio a finalizar que esta mudança de normas incentivou a que apenas as entidades com maior extensão, maior nível de internacionalização comercial, auditadas por empresas multinacionais de auditoria e com inferiores rácios de endividamento, tenham apresentado maiores níveis de divulgação. Por fim Lopes e Viana (2008) verificaram que praticamente a maioria da sua amostra expediu, uma comunicação a aclarar o impacto da transição para as IAS/IFRS.

Azevedo (2005) concluiu que a informação no setor e a inovação, assim como o conhecimento da IAS 41, impulsionam o estratagema da empresa. Azevedo (2008) percebeu que não há desigualdades significativas entre as distintas classes de empresa no que respeita ao conhecimento da IAS 41, arrematando assim, que a extensão da empresa não afeta a aplicação da norma, nem deve ser tomada como um fator determinante no conhecimento da mesma.

#### **4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

A conceção e o esclarecimento da metodologia de trabalho adotado neste estudo serão explanados no decurso deste capítulo. Pretende-se ostentar os objetivos do estudo e as questões de indagação, assim como a descrição da forma utilizada na colheita dos dados e na seleção da amostra, bem como, a metodologia adotada.



#### **4.1. Objetivos**

Num esforço de clarificar o método de trabalho mais ajustado serão desde já definidos os objetivos deste estudo, bem como as questões de investigação. A importância que o setor tem a nível económico e a falta de estudos sobre o mesmo leva-nos a propor os seguintes objetivos:

- Analisar a evolução e caracterização do setor corticeiro assim como efetuar o enquadramento normativo da NCRF 17 – Agricultura;
- Analisar o impacto da adoção da NCRF 17 – Agricultura no setor corticeiro português.

Com vista ao prosseguimento destes objetivos, e sabendo que “*o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tao claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência*” (Quivy, 2003: p.31), depreenderam-se questões de investigação que se pretende que respeitem o carácter de clareza, exequibilidade e pertinência, sustentadas pelo autor citado.

Desta forma, e uma vez que o primeiro objetivo já foi analisado nos capítulos anteriores, vamos definir questões de investigação relacionadas com o segundo objetivo de forma a testar o impacto da adoção da NCRF 17 no setor corticeiro:

- Q1: No momento da transição do normativo POC para o SNC detetaram-se determinadas rubricas individuais do balanço e da demonstração dos resultados das empresas que sofreram alterações significativas?
- Q2: As empresas sentiram necessidade de efetuar alterações significativas subsequentes à adoção do SNC para ajustar a realidade ao novo normativo?
- Q3: Será o normativo POC mais conservador do que o normativo SNC?

#### **4.2. Recolha de dados e caracterização da amostra**

Quanto à recolha de dados, “*esta constitui a execução do instrumento de observação. Esta operação consiste em recolher ou reunir concretamente as*

*informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra”* (Quivy, 2003: p.183). A execução deste estudo teve por base os relatórios e contas individuais onde se exploraram as demonstrações financeiras de empresas diretamente relacionadas com o setor florestal nomeadamente plantação e criação de montados de sobre cujas datas de objeto de estudo são os exercícios de 2009 e 2010. A preferência das demonstrações financeiras referentes a esta data prende-se com o facto de se pretender comparar os valores divulgados por estas sob os dois normativos.

Tendo a devida atenção à obrigatoriedade destas empresas adotarem a NCRF 17, para as suas demonstrações financeiras a partir do ano de 2010, bem como a obrigatoriedade de transpor as demonstrações financeiras do ano anterior sob o novo normativo, constata-se que, as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2009 são apresentadas sob dois normativos, o que permite a comparação fiel entre os mesmos, uma vez que a realidade subjacente aos valores apresentados nas demonstrações financeiras é a mesma.

Conforme já foi referido, a amostra é composta por 5 empresas do setor Florestal mais propriamente dedicadas à plantação e criação de montados de sobre que posteriormente vende a cortiça que deriva da mesma plantação.

A população inicial foi quantificada em 21 empresas que foram selecionadas na base de dados SABI. Destas, apenas uma empresa se enquadrava no setor, visto que as restantes não só eram de atividades distintas como em nada se relacionavam com o setor agrícola. Perante tal dificuldade de selecionar empresas relacionadas com a atividade pretendida (empresas com o CAE 02300), foi solicitada a colaboração a empresas enquadradas no setor. Estas empresas tinham em seu poder contatos e bases de dados de relacionamentos comerciais que nos ajudou a selecionar a nossa amostra.

Após este contato a nossa população passou a ser constituída por 20 empresas das quais foram agrupadas por diferentes tipos de sociedades tendo por base uma seleção muito restrita, co objetivo que o estudo obtivesse os melhores resultados face à realidade. A amostra foi selecionada atendendo a diversos fatores, tais como, diferentes tipologias, ou seja, empresas que detenham fatores

comuns como a dimensão que é um requisito comum fundamental selecionando-se todas as PME, a obrigatoriedade da aplicabilidade da NCRF 17, semelhança na mensuração do jv e por fim o nível de capitais.

Depois de uma triagem exaustiva e cuidadosa, apurou-se uma amostra de 5 empresas, onde foram tidos em consideração os requisitos referidos para que a amostra fosse representativa tendo em atenção os fatores referidos. Após o contato telefónico e posteriormente por e-mail com toda a amostra apurada com a com o intuito de solicitar as respetivas demonstrações financeiras dos exercícios de 2009 e 2010 nenhuma empresa respondeu a tal pedido. Como consequência, adquirimos as demonstrações financeiras dessas empresas através da plataforma online do Portal da Empresa requisitando os serviços de informação empresarial simplificada.

Consequentemente, a amostra final é constituída pelas referidas 5 empresas. A identificação da mesma encontra-se no Quadro 3.1, assim como a clarificação da determinação da amostra.

**Quadro 3.1 – Determinação da amostra face à população**

Determinação da Amostra	Nº Emp.
Empresas captadas pela base de dados SABI	21
Empresas excluídas da base de dados SABI por nada se relacionarem com a atividade em análise (Excluídas)	-20
<b>Total da Amostra que se poderá considerar para a seleção</b>	<b>1*</b>
População	20
Empresas em nome individual (Excluídas)	-2
Empresas que não aplicavam a NCRF 17 (Excluídas)	-1
Empresas que não tem atividade em 2009 ou 2010 (Excluídas)	-3
Fundações (Excluídas)	-2
Empresas que são enquadradas como ME ou PE (Excluídas)	-7
<b>Amostra apurada para objeto de estudo:</b>	<b>5</b>

\* De referir é que a empresa extraída da base de dados SABI é uma das que consta na nossa amostra e comum à 2ª população.

**Fonte:** Elaboração própria

Por fim após uma seleção cuidada chega-se à amostra (Quadro 3.2) que serve de análise ao estudo.

**Quadro 3.2 – Amostra**

Entidade:	País	Dimensão	NCRF 17	Mensuração do JV
Herdade de Marvila, Agricultura Caça e Turismo, S.A.	Portugal	PME	Sim	JV - Custos de vender
Herdade do Painho, Sociedade Agrícola, S.A.	Portugal	PME	Sim	JV - Custos de vender
Herdade Pinheiro, S.A.	Portugal	PME	Sim	JV - Custos de vender
Moragri Soc. Agrícola, S.A.	Portugal	PME	Sim	JV - Custos de vender
Sociedade Agrícola Condado Torre, Lda.	Portugal	PME	Sim	JV - Custos de vender

**Fonte:** Elaboração própria.

### 4.3. Metodologia

Pretende-se dar resposta às três questões primordiais de investigação anteriormente definidas. Depois de recolhidas as demonstrações financeiras, foi necessário definir as rubricas sobre as quais o estudo iria debruçar-se, inteirada do requisito de que as mesmas teriam de ser diretamente comparáveis para todas as empresas. Apesar da consciência de que as empresas em estudo adotaram as NCRF vigentes no SNC, a escolha baseia-se nas rubricas mais relevantes da NCRF 17, assim como, atendendo ao próprio setor agrícola e sobretudo às saliências derivadas à transição do normativo.

Com o intuito de afiançar que cada rubrica trasladasse exatamente a mesma definição em cada classe, o estudo incidiu sobre as demonstrações de 2009 para que esta fosse acessível em POC e no ano seguinte fosse transposta para SNC pelas próprias entidades. Este facto permite analisar as empresas em estudo perante dois normativos distintos num mesmo período. Para tal, há necessidade que a amostra seja coerente e exata nas observações, pois só assim se consegue obter resultados fiáveis. Após a análise do ano 2009 far-se-á uma crítica cuidada e atenta às rubricas das mesmas demonstrações, para apurar se

erros praticados pela transposição foram corrigidos e para acompanhar a performance de rubricas fundamentais relacionadas com o setor agrícola a fim de compreender o impacto da NCRF 17 no setor.

Para dar resposta à terceira questão de investigação definida, ou seja, para tentar perceber se o POC tem ou não subjacente praticas contabilísticas mais conservadoras do que o novo Sistema de Normalização Contabilística, será calculado o Índice de Conservadorismo de Gray proposto por Gray (1980). Esta metodologia tem sido amplamente utilizada, tanto em estudos mais antigos, tais como os estudos de Adams *et al.* (1993), Norton (1995), Weetman *et al.* (1998) e Adams *et al.* (1999), assim como em estudos mais recentes, nomeadamente nos estudos de Lopes e Viana (2008). A análise dos mesmos carece, no entanto, de cuidado, uma vez que é necessário ter sempre presente qual a noção de conservadorismo adotada no estudo.

#### **4.4. Análise da Transposição POC/SNC**

A fim de iniciar uma análise cuidada e mais ponderada iniciou-se uma análise detalhada às contas e relatórios das entidades, após uma interpretação inicial dos valores apresentados e de uma leitura da atividade das entidades assim como das características da mesma, foi iniciada a leitura atenta dos anexos para fazer uma interpretação dos critérios subjacentes nas demonstrações financeiras. Verificou-se contudo que existiam lacunas na divulgação de informação crucial, visto que nos anexos das demonstrações financeiras a informação além de ser insuficiente era claramente omissa em rubricas essenciais, o que não permite entender e clarificar determinados comportamentos.

Após uma averiguação da comparação das demonstrações financeiras sobre os dois normativos no ano de 2009, conforme o anexo I da amostra em estudo chega-se a conclusões muito precisas. Com o intuito de trabalhar para a resposta da primeira questão iniciou-se um estudo sobre as demonstrações financeiras e de facto há aspetos bastante salientes que ressaltam a qualquer análise. Mas, como em qualquer transição de normativos se espera que ocorram diferenças

significativas em algumas rubricas, não sendo o caso em questão diferente, pois aquando da análise do balanço depara-se rapidamente com diferenças nos ativos fixos tangíveis (AFT); ativos intangíveis (AI) e inventários devido à alteração da forma de mensuração. No entanto, alguma rubricas como por exemplo, no AFT geraram dúvidas devido às oscilações negativas de grande porte (Soc. Agrícola Torre e Herdade Painho), ou, como num dos casos, o aumento considerável de valor (Herdade Marvila). Estas variações justificam-se porque, na transição regista-se a diminuição no valor dos ativos, pois a rubrica passa a refletir o valor líquido e não o bruto como até então.

Uma rubrica que não despertou grandes dúvidas com as variações foi a rubrica de AI, no entanto, no prosseguimento da análise depara-se com a inexistência de oscilações na rubrica de ativos por impostos diferidos, o que associamos a enganos na transição. Se a sua conversão estivesse sido de facto bem-feita, existiria uma parte desse valor nos ativos por contrapartida dos ativos por impostos diferidos, o que não aconteceu, traduzindo uma incoerência na sua transposição. Ainda no que se refere ao ativo e associado com a adoção da NCRF 17, ressaltou uma divergência relativamente ao reconhecimento dos ativos biológicos e inventários que depois de examinada concluiu-se que as empresas reconheceram todo o valor em ativos biológicos ou em inventários, não os distinguindo.

Relativamente à demonstração dos resultados, concretamente à rubrica dos subsídios à exploração e rendimentos provenientes de juros e outros similares a observação foi cuidadosa, verificando-se que as rubricas não alteraram substancialmente os critérios de reconhecimento, não gerando que nessas rubricas não tenham sofrido grandes variações como as apresentam. No entanto três das cinco entidades em estudo não tiveram o mesmo tratamento no reconhecimento, com que fez que se verificassem variações consideráveis. Por fim na observação da rubrica de variação nos inventários/produção os resultados apresentados demonstram alguma apreensão, pois o facto de duas das cinco entidades refletirem variações significativas face aos capitais, chegando uma das

entidades a refletir a variação quase em dobro o que é uma oscilação incompreendida que por consequência nos anexos das demonstrações nada refere.

Analizadas as demonstrações financeiras, atendendo sobretudo a rubricas específicas à aplicação da NCRF 17. Obtiveram-se determinadas incógnitas sobre algumas rubricas conseguindo apurar que as entidades na realização das demonstrações financeiras não aplicaram de forma eficiente o novo normativo. Atendendo ao setor, analisarem-se as rubricas específicas associadas à NCRF 17, nomeadamente ativos biológicos e inventários face ao total do ativo, esperando-se que estas fossem significativas, contudo, na prática verificou-se que o peso das mesmas está compreendido entre os 11% e 45,90% conforme se demonstra no Quadro 3.3. Assim, consideramos que nem todas as entidades fizeram refletir o valor dos ativos biológicos na rubrica específica para o efeito.

**Quadro 4.1 – Peso dos ativos biológicos face ao total do ativo.**

Entidade:	%
Herdade de Marvila, Agricultura Caça e Turismo, S.A.	33,20
Herdade do Painho, Sociedade Agrícola, S.A.	26,80
Herdade Pinheiro, S.A.	24,30
Moragri Soc. Agrícola, S.A.	11,30
Sociedade Agrícola Condado Torre, Lda.	45,90

**Fonte:** Elaboração própria.

Um aspeto que é muito saliente a quem faz a análise da demonstração de resultados é a variação de valores nos resultados operacionais, pois que esta gerasse divergências com a transição do normativo já seria esperado, mas os valores apresentados e a falta de informação nos anexos das demonstrações torna impossível qualquer interpretação dos mesmos, visto que estes são significativos.

Então mediante a investigação atrás efetuada torna-se difícil de responder com exatidão qual o impacto da transição de POC para SNC em rubricas cruciais para a adoção do SNC, visto que embora as demonstrações estejam vertidas nos dois

normativos é impossível retirar elações de determinadas discrepâncias em rubricas que suscitam diversas dúvidas, pois a informação contida nos anexos das demonstrações é omissa. Desta forma em determinadas rubricas podemos apenas só ficar com as dúvidas.

No entanto há rubricas que não geram dúvidas e depreende-se que houve falhas na transposição, ou então à data os profissionais responsáveis não tinha informação adequada para proceder a tal transição de normativos, fazendo com se fez de facto que cometessem erros mesmo sem ter esse intuito, o que por consequência dificulta uma interpretação adequada do novo normativo.

Segundo Medeiros (2009) o impacto da aplicação da NCRF 17, por comparação ao antigo normativo (POC), observar-se-ia consequências significativas na análise das demonstrações financeiras das sociedades agrícolas, derivadas ao aumento dos valores do ativo, por contrapartida do aumento dos capitais próprios, justificando estas oscilações como efeito do reconhecimento dos ativos biológicos e produtos agrícolas, tendo maior ênfase nos resultados transitados, por via da aplicação da norma aquando da elaboração do balanço de abertura na data de transição. Perante tal opinião ao analisar as demonstrações financeiras da amostra deparou-se com um cenário divergente, o que só se regista o aumento do ativo em apenas 1 entidade pela consequência do aumento de 3 entidades do capital próprio, no entanto os resultados transitados (RT) foram concordantes em 2 entidades o que faz com que a nossa amostra tenha um comportamento oposto ao verificado por Medeiros (2009). Significativo foi o facto de uma entidade em tudo divergir com o estudo atrás referido visto que se observa a diminuição dos capitais próprios, do ativo e também um cenário pior nos seus RT.

Após a investigação e as dificuldades sentidas na fase anterior, o melhor método é fazer uma comparação do ano de transição (2009) com o ano seguinte (2010), pois assim com esse estudo pode-se depreender se no ano seguinte os erros foram corrigidos ou se mantiveram as falhas cometidas no ano de transição ou ainda se as entidades esforçaram-se para ajustar a realidade do novo normativo, para essa ajuda elaborou-se o mapa que consta no anexo II.



Iniciando esta observação pelo ativo ressalta a rubrica de ativos biológicos, onde se depreende que apenas uma entidade – Marvila – apresenta inconsistência nos valores apresentados, pois não reflete qualquer valor nem em ativos biológicos nem em inventários. O que na realidade que se insere é algo irreal, pois embora seja uma entidade que se inclua num setor bastante específico e onde a sua atividade poderá ser sazonal e de grandes períodos de produção, como neste estudo a cortiça é retirada de 9 em 9 anos, algo está a falhar na demonstração, pois poderá não deter inventários devido ao facto de os ter vendido no decurso do ano, ou porque, ainda não estão prontos para se considerar inventários, no entanto, as árvores que neste caso são os sobreiros, constam nas suas propriedades o que na informação não as refletem, assim como a cortiça que de ano para ano aumenta o valor do sobreiro que por consequência deveria refletir-se também no aumento de valor dos ativos biológicos ou por opção em variações positivas nos ativos biológicos, mas ao analisar-se a entidade depara-se com a venda da cortiça durante o exercício o que se reflete na variação negativa, no entanto o sobreiro deveria estar registado como ativo biológico o que não acontece.

Um parecer mais favorável foi ao observar as rubricas do passivo, pois perante uma apreciação poderemos verificar que não predomina nenhum valor ou alguma rubrica que gere duvidas, o que leva a concluir que a realidade foi ajustada facilmente ao novo normativo.

Decompondo as rubricas da demonstração de resultados gera-se um quadro mais negativo face ao do balanço. Relativamente ao setor e como no capítulo atrás foi referido, a rubrica de subsídios tem extrema importância no setor em que se enquadra e é bastante discutida na NCRF 17, tanto a nível de reconhecimento como a nível de apresentação, pois anualmente as entidades têm a obrigação de entregar as suas demonstrações ao IFAP, o que é de extrema importância o seu devido reconhecimento.

Perante a amostra de estudo depara-se que as entidades têm os subsídios reconhecidos e que fazem refletir de uma forma translúcida pois as variações na grande maioria são justificadas nos anexos das demonstrações, mas apenas uma entidade reforça de uma forma enfática que os subsídios do governo à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos sejam incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Na rubrica de variação nos inventários/produção a interpretação poderá ser feita de uma forma bastante individual, pois reparam-se oscilações abruptas em algumas entidades e nada explicam nos anexos das demonstrações, o que faz com que a interpretação certamente seja distorcida da realidade, mas neste estudo repara-se numa situação bem estranha, pois todas as entidades realçam que os seus ativos biológicos e inventários são mensurados ao jv – custos de vender, porque esse foi um dos requisitos que se consideram pertinentes para uma melhor comparação, no entanto existe uma entidade que embora afirme tal mensuração, apresenta o quadro de “Quantia escriturada e movimentos do período em ativos biológicos” que consta nos anexos das demonstrações preenchido na coluna de “Modelo de Custo” o que torna uma interpretação incapaz.

Mediante a análise efetuada pode-se concluir que as entidades melhoraram ao ajustar a realidade ao novo normativo, embora se possa concluir que deveriam aperfeiçoar a informação divulgada nos anexos das demonstrações financeiras sobretudo nas rubricas específicas do setor. As maiores dificuldades sentiram-se ao nível dos ativos biológicos e subsídios governamentais.

Em resposta à quinta questão sobre o comportamento dos índices de Conservadorismo de Gray procedeu-se a um estudo detalhado, então neste trabalho, adota-se a noção de conservadorismo sugerida por diversos autores, segundo os quais, o *“conservadorismo contabilístico implica que preferencialmente menores valores de ativos e renditos e maiores valores de*

*passivos e gastos sejam reportados”*. Esta descrição fica reforçada pelo manifesto contido na Estrutura Conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras, na parte referente às características qualitativas das demonstrações financeiras, onde se pode ler que *“a prudência e a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, para que os ativos ou os rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos ou os gastos não sejam subavaliados”*

O Índice de Conservadorismo de Gray criado em 1980, está inteiramente adaptado de forma a expor a relação entre as diversas rubricas, no que se refere à unidade temporal decorrente de 2009 a 2010 este pode-se enquadrar perfeitamente visto que o seu conceito continua a prevalecer de forma fiável, o que se poderá aplicar com sucesso à transição do normativo POC para SNC.

A aplicação do índice de conservadorismo, seguindo a metodologia de Lopes e Viana (2008), possibilita conferir o impacto da utilização do novo normativo nas várias rubricas das demonstrações financeiras. Como anteriormente foi referido deve-se atender à noção de conservadorismo, desta forma e acordo com Gray, relativamente ao ativo, resultados e capitais próprios, *“empresas com um rácio superior a um parecerá que aplicam práticas contabilísticas cujos resultados são relativamente otimistas, enquanto empresas com um rácio inferior a um parecerão ser relativamente pessimistas ou “conservadoras”* (Gray, 1980 p.67). Também o autor refere que no caso do passivo, empresas que apresentem um rácio inferior a um indicarão práticas contabilísticas cujos resultados são relativamente otimistas, enquanto empresas que apresentem um rácio superior a um parecerão ser relativamente pessimistas ou conservadoras.

O índice de Gray é calculado pela seguinte fórmula:

$$1 - \left( \frac{(RSNC) - (RPOC)}{|RSNC|} \right)$$

Onde:

**R:** Representa as seguintes rubricas:

- **Rubricas do balanço:** total de ativo, total do capital próprio, total de passivos e subrubricas.

- **Rubricas da demonstração dos resultados:** resultado líquido do período e subrubricas.



: Representa o módulo da rubrica ou subrubricas em análise do SNC.

Neste índice importa referir que é bastante utilizado por muitos analistas e também em diversos estudos, e que se pode aplicar em qualquer rubrica e subrubrica assim como em diversos rácios, possibilitando uma grande amplitude de análise, neste estudo importa aplica-lo apenas em algumas rubricas e subrubricas para analisar qual o comportamento do SNC face ao antigo normativo vigente até 2009 (POC).

## 5. RESULTADOS

Deste modo após a aplicação da fórmula acima citada obteve-se os seguintes resultados apresentados no seguinte Quadro 5.1, representado por entidade os devidos rácios obtidos pelos índices de conservadorismo de Gray, calculado apenas para o total do ativo, total do capital próprio, total do passivo e por fim o RLP. Para a obtenção destes rácios procedeu-se a um cuidadoso cálculo que se encontra demonstrando no anexo III.

**Quadro 5.1 – Resultado da aplicação do Índice de Conservadorismo de Gray**

Itens	Rácios do Índice de conservadorismo de Gray da amostra do exercício de 2009.				
	Herdade Marvila	Herdade Painho	Herdade Pinheiro	Moragri Sociedade	Soc. Agric. Torre
RLP	1	1,32	2,22	1,18	1
Total do Ativo	1,12	1,58	0,90	1,31	2,31
Total do Capital Próprio	1	1,15	0,82	0,67	-1,07
Total do Passivo	1	1	1	1,07	1,05

Fonte: Elaboração própria.

Após ao procedimento atrás referido com os resultados no Quadro apresentados procedera-se à distribuição das frequências dos rácios apurados. Os rácios são classificados em 9 categorias de altamente conservador ou categoria pessimista (com rácio  $<0,50$  enquadrando-se no capital próprio apenas uma entidade que corresponde a 20% da amostra; e com rácio  $> 1,50$  nas rubricas do ativo e RLP destacando-se o ativo com 40% o que significa 2 entidades das 5 correspondentes à amostra, seguindo-se o RLP com 20% que significa 1 entidade) a pouco conservador ou categoria otimista (com rácio  $> 1,50$  registam-se todos os casos salientando-se o ativo com 80% da amostra e os RLP com 60% o que equivale a 3 entidades ficando atribuído 20% ou 1 entidade para o capital próprio).

As 9 categorias são reagrupadas em 3 subgrupos conforme se pode demonstrar no Quadro 5.2 pessimista, neutro e otimista. O grupo pessimista abrange rácios conservadores (inferiores 0,95 nos casos do ativo atribuindo-se 20% da amostra e

capital próprio também com a mesma percentagem, compreendida entre 0,95 a 1,05 classificadas como neutras abrange todos os casos analisados), enquanto o grupo otimista abrange rácios superiores a 1,05 enquadrando-se também todos os casos salientado o ativo com 80% da amostra em análise e por fim inferiores a 0,95 enquadra-se o ativo com 20% da amostra e os capitais próprios com 60% da amostra não se registando nenhum caso de passivos e RLP.

**Quadro 5.2 – Frequência dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray (Ativo, CP e RLP)**

Classificação dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray	Total do Ativo		Total do Capital		RLP	
	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%
I. <0,50	0	0	1	20	0	0
II. >= 0,50 - <0,74	0	0	1	20	0	0
III. >= 0,75 - <0,94	1	20	1	20	0	0
<b>Total de Empresas Pessimistas (&lt; 0,95)</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
VI. >= 0,95 - <0,99	0	0	0	0	0	0
V. 1	0	0	1	20	2	40
VI. >= 1,01 - <1,05	0	0	0	0	0	0
<b>Total de Empresas Neutras (0,95 - 1,05)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>40</b>
VII. >= 1,06 - <1,25	1	20	1	20	1	20
VIII. >= 1,26 - <1,50	1	20	0	0	1	20
IX. >= 1,50	2	40	0	0	1	20
<b>Total de Empresas Otimistas (&gt; 1,50)</b>	<b>4</b>	<b>80</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>60</b>
Total de Empresas	5	100%	5	100%	5	100%

**Fonte:** Elaboração própria.

Perante a decomposição dos resultados da distribuição das frequências dos rácios do índice de conservadorismo de Gray pode-se considerar que o SNC face ao POC conduz a práticas contabilísticas menos conservadoras. Ao nível destas rubricas ocorrem significativos impactos na transição. No caso do ativo a maioria da amostra enquadra-se na categoria otimista, o que 50% dos 80% da amostra encontram-se com o rácio > 1,50, que por sua vez o SNC obterá resultados mais favoráveis que no POC relativamente ao ativo e RLP e por outro lado nos capitais

próprios depreende-se que o SNC é mais conservador que o POC fazendo com que os resultados em SNC sejam menos favoráveis face ao POC.

Relativamente ao passivo este tem uma leitura dos índices diferente das outras rubricas do balanço, pois quanto maior será o rácio mais pessimista é a sua interpretação mediante demonstra o Quadro 5.3 abaixo representado. Desta forma pode-se concluir perante a Quadro 5.3 abaixo apresentado, que 20% da amostra o que traduz apenas uma entidade face às cinco que compõe a amostra se encontra num nível pessimista face ao POC, ou seja, as políticas contabilísticas em SNC são menos favoráveis à obtenção de resultados para o passivo o que analisando por outra perspetiva os resultados do passivo em SNC não atingem valores tão elevados face aos do POC. No entanto a grande maioria da amostra, representando-se em 80%, demonstra que o passivo enquadra-se na categoria de Neutra, o que aponta uma semelhança de graus de conservadorismo subjacente aos dois normativos, isto é, não perduram alterações na transição dos normativos.

**Quadro 5.3 – Frequência dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray  
(Passivo)**

Classificação dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray	Total do Passivo	
	Nº Empresas	%
I. <0,50	0	0
II.> = 0,50 - <0,74	0	0
III.> = 0,75 - <0,94	0	0
<b>Total de Empresas Otimista ( &lt; 0,95)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
VI.> = 0,95 - < 0,99	0	0
V. 1	1	20
VI.> = 1,01 - <1,05	3	60
<b>Total de Empresas Neutras (0,95 - 1,05)</b>	<b>4</b>	<b>80</b>
VII.> = 1,06 - <1,25	1	20
VIII.> = 1,26 - <1,50	0	0
IX.> = 1,50	0	0
<b>Total de Empresas Pessimista (&gt; 1,50)</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
Total de Empresas	5	100%

Fonte: Elaboração própria.

Mediante a noção atrás apresentada sobre o Índice de Conservadorismo de Gray pode-se concluir que relativamente ao ativo e ao RLP o POC na sua maioria da amostra é mais conservador que o SNC facilitando no novo normativo a faculdade de engrandecer os resultados face a estas rubricas, no que respeita ao passivo é neutro, enquanto os capitais próprios na sua maioria da amostra apresenta-se como pessimista.

Como o ativo tem um peso de 80% classificado como um rácio de otimista deve-se analisar o que fez na transição dos normativos tais alterações, para tal recorreu-se aos Índices de Conservadorismo de Gray na sub-composição da rubrica do ativo, para poder-se examinar qual das subrubricas tem maior influencia e se a aplicação da NCRF 17 tem algum peso significativo no rácio do total do ativo, para tal análise apresenta-se o Quadro 5.4 que ajudará a interpretar melhor os resultados obtidos.

**Quadro 5.4 – Discriminação das Frequências dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray na rubrica do Ativo**

Itens	Herdade Marvila	Herdade Painho	Herdade Pinheiro	Moragri Soc.	Soc. Agric. Torre	Média dos rácios
AFT	1,38	2,01	1,18	1,56	6,12	<b>2,45</b>
AI	–	–	5,33	3,06	1,62	<b>3,34</b>
Ativos Biológicos	–	–	–	–	–	–
Inventários	1	14,54	1,88	1,02	–	<b>4,61</b>
Clientes	–	1	1	1	1,87	<b>1,22</b>
Adiantamentos Fornecedores	–	–	–	–	–	–
EOEP	1	–	1	1	1,00	<b>1</b>
OCR	–	–	–	0,64	0,04	<b>0,34</b>
Diferimentos	1	1	1	1	1	<b>1</b>
Ativos por Impostos Diferidos	–	1	–	–	–	<b>1</b>
Acréscimo de proveitos	–	–	–	–	–	–
Investimentos Financeiros	–	–	–	–	1	<b>1</b>
Ativos Financeiros	–	–	1	0,04	1	<b>0,68</b>
Caixa e Dep. Bancários	0,92	1	1	0,97	1	<b>0,98</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

Perante uma leitura do Quadro anterior, facilmente se consegue constatar que o nível de rácio otimista deve-se a diversas subrubrica do ativo, para tal foi calculado a média de cada subrubrica a fim de apurar quais poderão ser



apontadas como as principais motivadoras de tal otimismo na aplicação do ativo, e se alguma dessas rubricas estão diretamente relacionadas com a aplicação da NCRF 17.

Verifica-se que o maior peso se deve à subrubrica dos inventários influenciando de forma significativa a aplicação da NCRF 17, isto porque, se for analisado corretamente o ano de transição (anexo I), esta percentagem incide na totalidade sobre os inventários devido ao reconhecimento pela primeira vez dos ativos biológicos, impossibilitando o cálculo do peso dos mesmos de forma isolada (separadamente dos inventários).

Analisando o anexo II, com a evolução em unidades monetárias (Euro (€)) das rubricas do balanço para os exercícios 2009/2010, conclui-se que, após a transição, o maior peso está associado à rubrica de ativos biológicos, apresentando um valor crucial para que o ativo fique classificado como um rácio otimista corroborando o pensamento de Medeiros (2009) que refuta a ideia do aumento dos ativos.

## **6. CONCLUSÃO**

A atividade agrícola está inserida num conjunto de ocorrências intrínsecas e incontroláveis que poderá resultar em variações inesperadas nos resultados.

Face aos constrangimentos, os organismos reguladores estão atentos a estas particularidades regulando na NCRF 17 o tratamento de subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos mensurados ao justo valor menos custos de vender. Como foi referido, existe cada vez mais restrições à atribuição dos subsídios pelas entidades governamentais (IFAP).

Um tema polémico oriundo da NCRF 17 – Agricultura é a mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita ao justo valor. A norma diferencia a atividade agrícola, do processamento do produto agrícola após a colheita, o que permite prescrever o tratamento contabilístico dos ativos biológicos nos períodos de crescimento, procriação e degeneração, e para a mensuração inicial de produtos agrícolas no ponto de colheita. Considera-se esta distinção adequada, visto fornecer informação numa base de valorização consistente ao justo valor. Com o intuito de abarcar este processo produtivo, a própria NCRF 17 alargou as hipóteses de determinação do justo valor podendo o mesmo ser determinado pela atualização dos cash-flows futuros.

Tendo o SNC entrado em vigor no ano de 2009, as entidades necessitavam aplicar no ano de transição os dois normativos, pelo que estamos num período peculiar e de grande relevância pois é possível comparar num mesmo período a aplicação de dois normativos distintos.

Neste âmbito, e tendo em atenção que aquando da adoção das IAS/IFRS pelas empresas com valores cotados, estas também tiveram que aplicar os dois normativos no ano de transição, verificou-se um acréscimo de estudos ao nível dos diferentes países, na tentativa de perceber qual o impacto da transição de normativos contabilísticos face às aplicações das IAS/IFRS. Diversos estudos foram consensuais considerando que as alterações eram evidentes na aplicação

das IAS/IFRS. O presente estudo corrobora essa tendência evidenciando a criação de rubricas específicas relativas à adoção da NCRF 17, como por exemplo a discriminação no balanço da rubrica de ativos biológicos.

Este estudo pretendeu analisar se na data de transição do normativo POC para o SNC houve rubricas do balanço ou da demonstração dos resultados das empresas que sofreram alterações significativas (Q1) ou se houve alterações significativas subsequentes à adoção do SNC para ajustar a realidade ao novo normativo (Q2).

Do estudo verificaram-se alterações significativas em algumas rubricas das demonstrações financeiras das empresas analisadas, no entanto, denota-se alguma inconsistência na transição do normativo. Essa inconsistência é notória na aplicação pela primeira vez das especificidades relativas à NCRF 17. Relativamente à comparação da performance entre as diferentes empresas, no que diz respeito à adoção da norma, verificam-se interpretações díspares do normativo o que pode levar à falta de comparabilidade.

No que diz respeito às empresas que adotam a NCRF 17, as demonstrações financeiras sofreram significativas alterações pela aplicação da mesma, contudo estas alterações também podem surgir pela incorreta adoção que se efetuou.

Em relação aos graus de conservadorismo subjacentes às práticas contabilísticas dos dois normativos (Q3), para as rubricas do Capital Próprio as empresas distribuem-se, sobretudo, nas categorias pessimista, sugerindo que a alteração de normativo POC para o normativo SNC conduziu a práticas contabilísticas menos conservadoras. No caso particular do Passivo as empresas enquadram-se maioritariamente na categoria neutro, o que sugere uma igualdade de graus de conservadorismo subjacentes aos dois normativos, ou seja, não houve quaisquer alterações aquando da transição de normativos. No que respeita à rubrica de Ativo, a maioria das empresas enquadraram-se na categoria otimista ainda que com níveis de conservadorismo diminutos.

De uma forma geral, as rubricas em análise enquadraram-se em categorias distintas. Contudo, de forma genérica as conclusões corroboram a expectativa do normativo POC ser mais conservador que o normativo SNC.

### **6.1. Limitações**

Muitas dificuldades foram sentidas no decurso deste estudo sobretudo relacionadas com o acesso à informação financeira das entidades. Inicialmente foi sentida grande dificuldade na seleção das empresas cuja atividade se enquadrasse no CAE que serviu como objeto de estudo que por sua vez se refletiu na amostra obtida o que devido à sua pequena quantidade limitou a análise e o estudo inicialmente ambicionado.

A segunda dificuldade sentida depreende-se com a falta de cumprimento das divulgações exigidas por parte das empresas em análise. As empresas não divulgam a informação exigida e quando a divulgam não a divulga de forma clara.

Outra das limitações sentidas foi a falta de colaboração por parte das entidades para cederem as suas demonstrações financeiras. As empresas não disponibilizam as suas demonstrações financeiras de forma voluntária.

### **6.2 Trabalhos futuros**

Uma vez que o estudo ficou limitado pela reduzida amostra, seria importante efetuar o estudo a todas as empresas do setor de forma a tirar conclusões do setor e até comparar com outros setores.

Também tinha todo o interesse comparar o setor com a população, ou seja, com as empresas agrícolas que aplicam a NCRF 17 de forma a enquadrar o setor em análise.

# **ANEXOS**

### ANEXO I - Quadro comparativo da transposição de Normativos POC/SNC.

Itens	Balanco dos dois Normativos vigentes segundo a amostra do exercicio de 2009 expressa em unidades monetárias: Euro (€)									
	Herdade Marvila		Herdade Painho		Herdade Pinheiro		Moragri Sociedade		Soc. Agric. Torre	
	POC	SNC	POC	SNC	POC	SNC	POC	SNC	POC	SNC
Total do Ativo	1.035.579,69	926.770,22	7.805.123,22	4.946.057,80	28.280.444,91	31.491.600,76	13.610.055,82	10.382.023,55	9.506.680,95	4.120.089,18
Total do Capital Próprio	3.814,31	3.814,31	-683.532,25	-799.461,80	25.226.407,98	30.839.380,08	2.479.017,62	3.707.134,34	-945.342,19	883.761,56
Total do Passivo	922.955,91	922.955,91	5.787.983,70	5.745.519,60	659.430,11	652.220,68	7.116.742,53	6.674.889,21	3.391.087,94	3.236.727,62
ATIVO										
AFT	644.325,88	465.785,13	5.654.592,14	2.810.609,70	26.217.705,55	22.308.519,21	11.870.826,22	7.600.518,71	8.169.349,93	1.335.156,84
AI	4.551,21	0,00	0,00	0,00	3.520,00	660,80	60.233,91	19.691,87	567.166,31	350.235,67
Ativos Biológicos	0,00	0,00	0,00	1.231.807,97	0,00	7.372.300,00	0,00	317.871,91	0,00	1.891.996,09
Inventários	308.000,00	308.000,00	1.338.957,95	92.067,00	531.328,02	283.317,18	878.318,03	857.000,00	152.908,80	0,00
Clientes	0,00	0,00	199.547,30	199.547,30	483.492,22	481.179,28	367.388,48	367.388,48	320.136,28	170.761,27
Adiantamentos Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.225,17	0,00	0,00	0,00	0,00
EOEP	45.684,75	45.684,75	0,00	0,00	132.947,64	132.947,64	47.395,86	47.395,86	14.926,07	14.926,07
OCR	0,00	0,00	0,00	212.264,12	655,00	152.890,31	171.360,05	268.385,10	3.166,32	86.809,72
Diferimentos	26.801,65	26.801,65	8.946,70	8.946,70	4.520,25	4.520,25	12.985,26	12.985,26	12.419,66	12.419,66
Ativos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	263.934,23	263.934,23	0,00	743.050,53	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimo de proveitos	0,00	0,00	212.264,12	0,00	152.235,31	0,00	97.025,05	0,00	8.823,72	0,00
Investimentos Financeiros	500,00	0,00	69.955,00	0,00	0,00	0,00	2.033,33	0,00	10.000,14	10.000,14
Ativos Financeiros	0,00	74.282,49	0,00	69.955,00	10.990,39	10.990,39	30.334,20	816.597,60	65.043,12	65.043,12
Caixa e Dep. Bancários	5.716,20	6.216,20	56.925,78	56.925,78	743.050,53	0,00	72.155,43	74.188,76	182.740,60	182.740,60
CAPITAL PRÓPRIO										
RT	-156.804,01	-156.804,01	-405.119,49	-405.119,49	401.269,35	9.488.665,83	132.922,86	126.385,96	-1.202.483,63	471.859,80
RLP	-149.094,81	-149.094,81	-338.412,76	-496.806,41	335.314,00	-1.502.291,00	-88.136,09	-107.844,59	-553.446,28	-553.446,28
PASSIVO										
Financiamentos Obtidos	684.000,00	703.213,31	5.101.428,57	5.151.699,13	0,00	29.779,33	3.837.343,51	3.837.343,51	999.024,50	1.096.048,60
Provisões	0,00	0,00	0,00	44.729,82	44.729,82	44.729,82	0,00	0,00	0,00	0,00

Acionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	3.443,82	168.443,82	0,00	433.282,84	0,00	0,00
OCP	170.610,35	182.628,33	31.549,00	105.229,41	298.791,79	250.259,63	2.157.849,60	1.886.761,23	1.996.381,31	2.016.868,83
Fornecedores	52.798,33	31.743,81	204.217,69	153.947,13	55.564,13	27.009,97	514.469,40	514.469,40	204.330,01	107.305,91
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	18.166,67	18.166,67	0,00	0,00	0,00	0,00
EOEP	5.370,46	5.370,46	54.643,93	54.643,93	21.284,03	21.284,03	3.032,23	3.032,23	10.210,75	10.210,75
Proveitos Diferidos	0,00	0,00	322.464,10	280.000,00	100.982,01	92.547,41	441.853,32	0,00	160.653,85	5.893,53
Acréscimo de Custos	10.176,77	0,00	73.680,41	0,00	116.467,84	0,00	162.194,47	0,00	20.487,52	0,00
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>										
Vendas e Serviços Prestados	990,00	990,00	787.093,93	787.093,93	3.244.402,71	3.244.402,71	1.103.558,39	1.103.558,39	976.666,83	976.666,83
CMVMC	0,00	0,00	83.994,57	83.994,57	287.771,78	287.771,78	300.836,35	300.836,35	164.328,13	164.328,13
FSE	71.958,58	71.958,58	236.605,32	236.605,32	718.137,65	720.861,68	537.011,38	537.011,38	857.345,89	857.345,89
Subsídios à Exploração	0,00	0,00	0,00	323.397,14	367.719,45	367.719,45	140.744,54	140.744,54	627.445,64	370.406,37
Trabalhos p/ própria entidade	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos Inventários/Produção	0,00	0,00	-262.339,38	-420.733,03	-1.851.994,97	-1.819.600,06	-100.500,00	-100.500,00	-41.108,92	-41.108,92
Aumentos e Reduções de JV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos e Perdas em Subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.526,08	-194.234,58	0,00	0,00
Gastos com Pessoal	41.808,37	41.808,37	539.686,18	539.686,18	515.335,38	515.335,38	154.888,04	154.888,04	545.970,04	545.970,04
Gast. Depr. e Amortização	27.832,48	27.832,48	221.972,16	221.972,16	106.056,40	106.056,40	266.315,34	266.314,34	581.165,51	581.165,51
Ajustamentos/Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	43.979,82	43.979,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend e Ganhos	151,38	151,38	0,00	130.729,21	331.605,82	38.860,39	14.016,94	311.569,80	0,00	460.110,26
Outros Gastos e Perdas	170,89	0,00	0,00	49.186,15	0,00	15.547,08	0,00	13.625,81	0,00	76.755,89
Jur. Div. Outros Rend. Sim.	2,09	2,09	156,18	156,18	15.845,56	0,00	310.000,00	42.940,41	111,10	0,00
Juros e gastos Similares	4.663,17	4.663,17	303.456,01	0,00	3.904,46	1.180,43	121.429,68	121.429,68	115.223,80	84.173,94
Outros Prov. Operac.	0,00	0,00	0,00	0,00	33.319,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Cust. Perd. Operac.	0,00	0,00	4.177,42	303.456,01	14.218,20	0,00	6.214,29	0,00	35.427,02	0,00
Prov. Ganhos Extraord.	0,00	0,00	77.588,48	0,00	5.089,70	0,00	30.493,27	0,00	202.959,89	0,00
Gastos Perd. Extraord.	890,80	1.061,69	45.008,73	0,00	1.328,97	0,00	7.411,52	0,00	10.279,01	0,00
Resultados Operacional	-141.500,23	-141.519,74	-174.943,23	-300.757,13	439.553,09	-1.381.169,65	-121.461,47	-11.537,77	-497.573,82	-459.490,92

## ANEXO II - Quadro da evolução da aplicabilidade do normativo 2009/2010.

Itens	Evolução do Balanço das amostras dos exercícios 2009/2010 expressas em SNC e em unidades monetárias: Euro (€)									
	Herdade Marvila		Herdade Painho		Herdade Pinheiro		Moragri Sociedade		Soc. Agric. Torre	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Total do Ativo	926.770,22	624.811,42	4.946.057,80	4.641.907,31	31.491.600,76	31.952.062,40	10.382.023,55	12.121.946,91	4.120.089,18	4.324.459,44
Total do Capital Próprio	3.814,31	-227.867,63	-799.461,80	-909.580,06	30.839.380,08	31.179.919,79	3.707.134,34	5.893.797,62	883.761,56	793.141,85
Total do Passivo	922.955,91	852.679,05	5.745.519,60	5.551.487,37	652.220,68	772.142,61	6.674.889,21	6.228.149,29	3.236.727,62	3.531.317,59
<b>ATIVO</b>										
AFT	465.785,13	581.992,74	2.810.609,70	2.629.934,94	22.308.519,21	22.397.748,36	7.600.518,71	7.477.943,48	1.335.156,84	1.038.286,47
AI	0,00	0,00	0,00	0,00	660,80	0,00	19.691,87	16.213,88	350.235,67	33.606,69
Ativos Biologicos	0,00	0,00	1.231.807,97	915.850,00	7.372.300,00	7.556.300,00	317.871,91	510.052,46	1.891.996,09	2.486.836,57
Inventários	308.000,00	0,00	92.067,00	123.306,00	283.317,18	235.853,30	857.000,00	580.000,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	2.520,00	199.547,30	173.298,32	481.179,28	938.678,88	367.388,48	714.663,02	170.761,27	213.853,55
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	1.225,17	1.296,21	0,00	0,00	0,00	0,00
EOEP	45.684,75	21.842,51	0,00	9.481,89	132.947,64	36.622,77	47.395,86	9.437,70	14.926,07	18.455,81
OCR	0,00	477,35	212.264,12	1.667,17	152.890,31	144.177,09	268.385,10	369.613,45	86.809,72	395.087,55
Diferimentos	26.801,65	1.818,24	8.946,70	7.752,16	4.520,25	4.541,32	12.985,26	13.140,21	12.419,66	17.860,12
Ativos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	263.934,23	439.494,98	743.050,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimo de proveitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,14	10.000,14
Ativos Financeiros	74.282,49	0,00	69.955,00	69.955,00	10.990,39	10.990,39	816.597,60	891.877,33	65.043,12	50.043,12
Caixa e Dep. Bancários	6.216,20	16.160,58	56.925,78	271.166,85	0,00	625.854,08	74.188,76	1.539.005,38	182.740,60	60.429,42
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>										
RT	-156.804,01	-305.898,82	-405.119,49	-901.925,90	9.488.665,83	7.601.814,84	126.385,96	38.249,87	471.859,80	-376.433,70
RLP	-149.094,81	-231.681,94	-496.806,41	-96.846,50	-1.502.291,00	729.317,00	-107.844,59	173.468,66	-553.446,28	331.034,95
<b>PASSIVO</b>										
Financiamentos Obtidos	703.213,31	690.125,88	5.151.699,13	4.940.449,24	29.779,33	74.017,75	3.837.343,51	3.445.255,90	1.096.048,60	974.978,44



Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	44.729,82	44.729,82	0,00	0,00	0,00	0,00
OCP	182.628,33	128.108,54	105.229,41	138.354,91	250.259,63	174.478,99	433.282,84	1.377.579,04	2.016.868,83	2.367.673,78
Acionistas	0,00	0,00	0,00	309.000,00	168.443,82	190.027,17	1.886.761,23	617.825,89	0,00	0,00
Fornecedores	31.743,81	32.254,77	153.947,13	141.616,38	27.009,97	89.209,26	514.469,40	675.940,89	107.305,91	170.841,34
Adiantamento a Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	18.166,67	14.235,85	0,00	0,00	0,00	0,00
EOEP	5.370,46	2.189,86	54.643,93	22.066,84	21.284,03	95.529,34	3.032,23	111.547,57	10.210,75	11.859,44
Proveitos Diferidos	0,00	0,00	280.000,00	0,00	92.547,41	89.914,43	0,00	0,00	5.893,53	5.964,59
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>										
Vendas e Serviços Prestados	990,00	274.863,44	787.093,93	775.569,14	3.244.402,71	1.927.637,39	1.103.558,39	1.291.321,11	976.666,83	1.115.243,66
CMVMC	0,00	0,00	83.994,57	86.163,33	287.771,78	199.003,77	300.836,35	74.804,54	164.328,13	193.096,46
FSE	71.958,58	80.986,93	236.605,32	233.677,86	720.861,68	1.022.419,78	537.011,38	612.453,49	857.345,89	827.382,11
Subsídios à Exploração	0,00	0,00	323.397,14	351.666,65	367.719,45	300.152,75	140.744,54	178.299,40	370.406,37	361.882,51
Trabalhos p/ própria entidade	0,00	0,00	10.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos Inventários/Produção	0,00	-308.000,00	-420.733,03	-446.929,13	-1.819.600,06	-40.385,00	-100.500,00	-277.000,00	-41.108,92	208.831,14
Aumentos e Reduções de JV	0,00	0,00	0,00	162.210,16	-1.870.000,00	184.000,00	0,00	0,00	0,00	452.659,14
Ganhos e Perdas em Subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-194.234,58	32.420,56	0,00	0,00
Gastos com Pessoal	41.808,37	57.549,77	539.686,18	522.628,59	515.335,38	549.944,99	154.888,04	250.692,36	545.970,04	589.128,50
Gast. Depr. e Amortização	27.832,48	14.878,00	221.972,16	182.224,76	38.860,39	127.557,99	266.314,34	232.294,70	58.165,51	343.372,18
Ajustamentos/Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	106.056,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend e Ganhos	151,38	0,90	130.729,21	121.518,64	43.979,82	483.051,37	311.569,80	212.422,87	460.110,26	271.734,95
Outros Gastos e Perdas	1.061,69	3.333,17	49.186,15	11.580,84	15.547,08	27.248,47	13.625,81	15.946,72	76.755,89	51.424,84
Jur. Div. Outros Rend. Sim.	2,09	0,00	156,18	25,72	0,00	0,00	42.940,41	2.264,38	0,00	0,00
Jur. Gastos Sim. Suport.	4.663,17	40.773,99	0,00	195.733,64	1.180,43	2.566,86	121.429,68	60.306,84	84.173,94	66.918,94
Outros Cust. Perd. Operac.	0,00	0,00	303.456,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Operacional	-141.519,74	-189.884,07	-300.757,13	-72.239,92	-1.381.169,65	928.281,51	-11.537,77	251.272,13	-459.490,92	405.947,31

### ANEXO III - Quadro de cálculo dos rácios do Índice de Conservadorismo de Gray.

Itens	Rácios do Índice de Gray da amostra do exercício de 2009.														
	Herdade Marvila			Herdade Painho			Herdade Pinheiro			Moragri Sociedade			Soc. Agric. Torre		
Total Ativo	1.035.579,69	926.770,22	1,1	7.805.123,22	4.946.057,80	1,6	28.280.444,91	31.491.600,76	0,9	13.610.055,82	10.382.023,55	1,3	9.506.680,95	4.120.089,18	2,31
CP	3.814,31	3.814,31	1	-683.532,25	-799.461,80	1,2	25.226.407,98	30.839.380,08	0,8	2.479.017,62	3.707.134,34	07	-945.342,19	883.761,56	-1,07
Total Passivo	922.955,91	922.955,91	1	5.787.983,70	5.745.519,60	1	659.430,11	652.220,68	1	7.116.742,53	6.674.889,21	1,1	3.391.087,94	3.236.727,62	1,05
RT	-156.804,01	-156.804,01	1	-405.119,49	-405.119,49	1	401.269,35	9.488.665,83	0,04	132.922,86	126.385,96	1,1	-1.202.483,63	471.859,80	-2,55
RLP	-149.094,81	-149.094,81	1	-338.412,76	-496.806,41	1,3	335.314,00	-1.502.291,00	2,2	-88.136,09	-107.844,59	1,2	-553.446,28	-553.446,28	1
RO	-141.500,23	-141.519,74	1	-174.943,23	-300.757,13	1,4	439.553,09	-1.381.169,65	2,3	-121.461,47	-11.537,77	-8,5	-497.573,82	-459.490,92	0,92
ATIVO															
AFT	644.325,88	465.785,13	1,38	5.654.592,14	2.810.609,70	2,01	26.217.705,55	22.308.519,21	1,18	11.870.826,2	7.600.518,71	1,56	8.169.349,93	1.335.156,84	6,12
AI	4.551,21	0,00	-	0,00	0,00	-	3.520,00	660,80	5,33	60.233,91	19.691,87	3,06	567.166,31	350.235,67	1,62
Ativos Biológicos	0,00	0,00	-	0,00	1.231.807,97	-	0,00	7.372.300,00	-	0,00	317.871,91	-	0,00	1.891.996,09	-
Inventários	308.000,00	308.000,00	1	1.338.957,95	92.067,00	14,5	531.328,02	283.317,18	1,88	878.318,03	857.000,00	1,02	152.908,80	0,00	-
Cientes	0,00	0,00	-	199.547,30	199.547,30	1	483.492,22	481.179,28	1	367.388,48	367.388,48	1	320.136,28	170.761,27	1,87
Adianta. Fornec.	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	1.225,17	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
EOEP	45.684,75	45.684,75	1	0,00	0,00	-	132.947,64	132.947,64	1	47.395,86	47.395,86	1	14.926,07	14.926,07	1
OCR	0,00	0,00	-	0,00	212.264,12	-	655,00	152.890,31	0	171.360,05	268.385,10	0,64	3.166,32	86.809,72	0,04
Diferimentos	26.801,65	26.801,65	1	8.946,70	8.946,70	1	4.520,25	4.520,25	1	12.985,26	12.985,26	1	12.419,66	12.419,66	1
Ativos Imp. Dif.	0,00	0,00	-	263.934,23	263.934,23	1	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Acresc. de prov.	0,00	0,00	-	212.264,12	0,00	-	152.235,31	0,00	-	97.025,05	0,00	-	8.823,72	0,00	-
Investim. Financ.	500,00	0,00	-	69.955,00	0,00	-	0,00	0,00	-	2.033,33	0,00	-	10.000,14	10.000,14	1
Ativos Financ	0,00	74.282,49	0	0,00	69.955,00	-	10.990,39	10.990,39	1	30.334,20	816.597,60	0,04	65.043,12	65.043,12	1
Cx e Dep. Banc.	5.716,20	6.216,20	0,92	56.925,78	56.925,78	1	743.050,53	743.050,53	1	72.155,43	74.188,76	0,97	182.740,60	182.740,60	1
PASSIVO															
Financiam. Obt.	684.000,00	703.213,31	0,97	5.101.428,57	5.151.699,13	0,99	0,00	29.779,33	-	3.837.343,51	3.837.343,51	1	999.024,50	1.096.048,60	0,91
Provisões	0,00	0,00	-	0,00	44.729,82	-	44.729,82	44.729,82	1	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Acionistas	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	3.443,82	168.443,82	0,02	0,00	433.282,84	-	0,00	0,00	-
OCP	170.610,35	182.628,33	0,93	31.549,00	105.229,41	0,30	298.791,79	250.259,63	1,19	2.157.849,60	1.886.761,23	1,14	1.996.381,31	2.016.868,83	0,99
Fornecedores	52.798,33	31.743,81	1,66	204.217,69	153.947,13	1,33	55.564,13	27.009,97	2,06	514.469,40	514.469,40	1	204.330,01	107.305,91	1,90
Adiant. Clientes	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	18.166,67	18.166,67	1	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
EOEP	5.370,46	5.370,46	1	54.643,93	54.643,93	1	21.284,03	21.284,03	1	3.032,23	3.032,23	1	10.210,75	10.210,75	1
Proveitos Diferidos	0,00	0,00	-	322.464,10	280.000,00	1,15	100.982,01	92.547,41	1,09	441.853,32	0,00	-	160.653,85	5.893,53	27,26
Acréscimo Custos	10.176,77	0,00	-	73.680,41	0,00	-	116.467,84	0,00	-	162.194,47	0,00	-	20.487,52	0,00	-
RENDIMENTOS E GASTOS															
Vend Serv. Prest.	990,00	990,00	1	787.093,93	787.093,93	1	3.244.402,71	3.244.402,71	1	1.103.558,39	1.103.558,39	1	976.666,83	976.666,83	1
CMVMC	0,00	0,00	-	83.994,57	83.994,57	1	287.771,78	287.771,78	1	300.836,35	300.836,35	1	164.328,13	164.328,13	1
FSE	71.958,58	71.958,58	1	236.605,32	236.605,32	1	718.137,65	720.861,68	1	537.011,38	537.011,38	1	857.345,89	857.345,89	1
Subs à Exploração	0,00	0,00	-	0,00	323.397,14	-	367.719,45	367.719,45	1	140.744,54	140.744,54	11	627.445,64	370.406,37	1,69
Trabalh p/ pr. Ent.	0,00	0,00	-	10.200,00	10.200,00	1	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Varianvent/Produç	0,00	0,00	-	-262.339,38	-420.733,03	1,38	-1.851.994,97	-1.819.600,06	0,98	-100.500,00	-100.500,00	1	-41.108,92	-41.108,92	1
Aument/Reduç JV	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-1.870.000,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
G.P. Subsid.	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	174.526,08	-194.234,58	2,90	0,00	0,00	-
Gastos Pessoal	41.808,37	41.808,37	1	539.686,18	539.686,18	1	515.335,38	515.335,38	1	154.888,04	154.888,04	1	545.970,04	545.970,04	1
Gast. Depr. e Amort	27.832,48	27.832,48	1	221.972,16	221.972,16	1	106.056,40	106.056,40	1	0,00	266.314,34	-	581.165,51	581.165,51	1
Ajust./Provisões	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	43.979,82	43.979,82	1	266.315,34	0,00	-	0,00	0,00	-
Out Rend e Ganhos	151,38	151,38	1	0,00	130.729,21	-	331.605,82	38.860,39	8,53	14.016,94	311.569,80	0,04	0,00	460.110,26	-
Out Gast. Perdas	170,89	1.061,69	-	0,00	49.186,15	-	0,00	15.547,08	-	0,00	13.625,81	-	0,00	76.755,89	-
Jur. Div. Outr Rend. Sim.	2,09	2,09	1	156,18	156,18	1	15.845,56	0,00	-	310.000,00	42.940,41	7,22	111,10	0,00	-
Jur gast Similares	4.663,17	4.663,17	1	303.456,01	0,00	-	3.904,46	1.180,43	3,31	121.429,68	121.429,68	1	115.223,80	84.173,94	1,37
Out Prov. Operac.	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	33.319,31	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Out Cust. Perd. Operac.	0,00	0,00	-	4.177,42	303.456,01	0,01	14.218,20	0,00	-	6.214,29	0,00	-	35.427,02	0,00	-
Prov. Ganhos Extraord.	0,00	0,00	-	77.588,48	0,00	-	5.089,70	0,00	-	30.493,27	0,00	-	202.959,89	0,00	-
Gastos Perd. Extraord.	890,80	0,00	-	45.008,73	0,00	-	1.328,97	0,00	-	7.411,52	0,00	-	10.279,01	0,00	-

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams**, C. A., P. Weetman e S. J. Gray (1993), "Reconciling national with international accounting standards – Lessons from a study of Finnish corporate reports", *European Accounting Review*, Vol. 2, No 3, pp. 471-494.
- Adams**, C. A., P. Weetman, E. Jones e S. J. Gray (1999), "Reducing the burden of US GAAP reconciliations by foreign companies listed in the United States: the key question of materiality", *The European Accounting Review*, Vol. 8, No 1, pp. 1-22.
- A gestão do montado de sobro na charneca de Ponte de Sôr**, (2001). Goes J.M., Tenreiro, P.M. AFLOSOR, Ponte de Sôr, Portugal
- Alves**, A. A. Monteiro (1982). Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica
- Azevedo**, G. (2008). Influência da dimensão da empresa no conhecimento da IAS 41.
- Azevedo**, G. (2007). Fatores influentes na aplicação da IAS 41 "Agricultura" nas empresas vitivinícolas portuguesas. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 5 (3), 86-116.
- Azevedo**, G. (2005). *O Impacte da Norma Internacional de Contabilidade Nº 41 "Agricultura" no Normativo Contabilístico Português – Setor Vitivinícola*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Retirado de <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/539/2/Tese.pdf>
- Azul**, Anabela M. J.R. (2002) "Diversidade de fungos ectomicorrízicos em ecossistemas de Montado" Tese de Doutoramento
- Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira. 2006**. Direcção - Geral dos Recursos Florestais. Lisboa.
- Boas Práticas Florestais**, (2007). DGF. Lisboa
- Cabral**, M. T. e Sardinha, R. M. A. (1992). Perspectiva integrada do declínio dos montados de sobro alentejanos. *II Encontro sobre os montados de sobro e azinho*. Évora.
- Cabral**, M. T. e Santos, M. N. (1992). Situação sanitária dos montados de sobro em Portugal. *Simposio mediterraneo sobre regeneracion del monte alcornocal*. Sevilha.
- Calixto**, L. (2010). Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 21 (1), 157-187.
- Cardoso**, Carlos. (2010). Agricultura e activos biológicos no âmbito do Sistema de normalização contabilística. DAAP- Viseu.
- Cordeiro**, J. (2010). *A Problemática Contabilística dos Ativos Biológicos*. Relatório de Estágio. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Cordeiro, R. & Couto, G. & Silva, F. (2007).** *Measuring the impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in firm reporting: the case of Portugal*, 1-22: Working Paper Retirado de [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=969972](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=969972)
- Coelho, Inocência Seita. (1994b).** Economia do montado Análise Económica de Três Montados de Sobro Alentejanos, Silva Lusitana, Ano II, Volume 2, nº2, Dezembro de 1994, pp133-141.
- Coelho, Inocência Seita. (1994ª).** Economia do montado I. Gestão Patrimonial – Gestão Multifuncional, Silva Lusitana, Ano II, Volume 2, nº2, Dezembro de 1994, pp133-141.
- Cork Information Bureau (2010).** Cortiça. Cultura, natureza, futuro, Cortiça em números.
- Costa, J. (2008).** *O impacto da adoção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa*, 43-83. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Retirado de <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/20600/2/Dissertao%20Mestrado%20Contabilidade%20Joana%20Costa.pdf>
- Direcção Geral dos Recursos Florestais – DGRF. (2007).** Plano estratégico para recolha de Informação sobre o estado sanitário das Florestas em Portugal continental, Lisboa.
- Direcção Geral dos Recursos Florestais. (2010).** Estação Florestal Nacional (EFN).
- Direcção Geral das Florestas. (1988).** Inventário Florestal Nacional: 1.ª Revisão do IFN - NUTS. Lisboa: Direcção Geral das Florestas.
- Direcção Geral das Florestas. (1989).** Distribuição da Floresta em Portugal Continental: Áreas Florestais por Distritos - Informação Disponível em 1989. Estudos e Informação, N.º 299.
- Direcção Geral das Florestas -Divisão de Inventário Florestal. (1990).** Inventário Florestal do Sobreiro 1990, Estudos e Informação, N.º 300.
- Direcção Geral das Florestas. (1991ª).** Perfil Florestal - Portugal.
- Direcção Geral das Florestas. (1991b).** Montados de Sobro e Azinho, DGF Informação, N.º 5, Ano 2, Janeiro/Março de 1991, pp. 14-16.
- Direcção Geral das Florestas. (1992).** Anuário 92. Lisboa: DGF.
- Direcção Geral das Florestas. (2000).** Anuário Florestal 2000. Lisboa: DGF.
- Direcção Geral das Florestas. (2001).** Inventário Florestal Nacional. Portugal Continental. 3.ª Revisão, 1995-1998. Relatório Final. Lisboa: Direcção Geral das Florestas.

- Elad, C.** (2004). Fair Value Accounting in the Agricultural Sector: Some Implications for International Accounting Harmonization. *European Accounting Review*, 13 (4), 621-641.
- Feio, Mariano.** (1991). Clima e agricultura. Exigências climáticas das principais culturas e potencialidades agrícolas do nosso clima. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação
- Ferreira, M.C.; FERREIRA, G.W.S.**(1986). Notas sobre os insectos nocivos ao *Quercus suber* L. em Portugal. Actas do 1º Encontro sobre os Montados de Sobro e Azinho. Évora pp. 405-422.
- Ferreira, M.C. & FERRERA, G.W.S.**(1989). *Platypus cylindrus* F. (Coleoptera: Platipodidae) Plaga de *Quercus suber*. *Boletim Sanidade Vegetal Plagas* 4: 301-306.
- Figo, M. I.** 1(1972). *Lymantria díspar* L. Ensaios e Meios de Luta. *Estudos e Informação*, DGSFA, 265.
- Fernandes, G.** (2009). *NIC 41 – Agricultura: Contributos e Constrangimentos para a Imagem Verdadeira e Apropriada na Realidade Portuguesa*, 3-123. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. Retirado de <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1831/1/2009001178.pdf>
- Fernandes, G. & Azevedo, G.** (2010). Conhecem os Técnicos Oficiais de Contas a mensuração dos Ativos Biológicos ao justo valor? Análise da região centro de Portugal. *Revista Universo Contábil*, 6 (4), 104-118. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 1-21.
- Fernandes, P.** (2007). *O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados: A experiência Ibérica*, 2-57. Retirado de <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/7381/2/O%20Impacto%20das%20IFRS%20na%20Gest%20o%20de%20Resultados.pdf>
- INE.** (2009). Recenseamento Agrícola. *Análise dos principais resultados, Parte I*. 22-48. Retirado de [http://www.ine.pt/xportal/main?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&area\\_floresta\\_apub\\_boui=1195978579&PUBLICACOESmodo=2\(ultimo acesso a: 24/2/2012\)](http://www.ine.pt/xportal/main?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&area_floresta_apub_boui=1195978579&PUBLICACOESmodo=2(ultimo acesso a: 24/2/2012))
- George, M.** (2007). Why fair value needs felling. *Accountancy*, 139 (1365), 80-81.
- Goes, Ernesto.** (1991). A Floresta Portuguesa, Sua Importância e Descrição das Espécies de Maior Interesse. Lisboa: PORTUCEL.
- Gray, S. J.** (1980), "The Impact of International Accounting Differences from a Security-Analysis Perspective: Some European Evidence", *Journal of Accounting Research*, Vol. 18, No 1, pp. 64-76.
- Guerreiro, M.** (2006). Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Contabilidade e Gestão*, (3), 7-32.

- Henriques**, Joana, Maria C. Varela, Maria N. S. Santos, Edmundo M. R. S.,” (2007). Perda de vigor dos montados de sobreiro e azinho: Análise da situação e perspectivas”.
- Herbohn**, K. & Herbohn, J. (2006). *International Accounting Standard (IAS) 41: What Are the Implications for Reporting Forest Assets?*, 1-15. Retirado de [http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:195955/SFEMP5\\_2Herbohn\\_Herbohn.pdf](http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:195955/SFEMP5_2Herbohn_Herbohn.pdf)
- Lefter**, V. & Roman, A. (2007). IAS 41 Agriculture: Fair Value Accounting. *Theoretical and Applied Economics*, 15-22.
- Lopes**, P. T. e R. C. Viana (2008), “The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies”, Working Papers, No (285), 1-24: Faculdade de Economia do Porto, *Working Papers*.
- Loureiro**, Carlos Alberto. (1995). Os serviços na fileira florestal, Revista do Agricultor, Suplemento, N.º 75/76, pp. 21-24.
- Manual de Boas Práticas Florestais**, (2002). DGF. Lisboa
- Manual de Instalação de novos povoamentos com sobreiro Aplicação de Boas Práticas nas Regiões da Chamusca e de Alcácer do Sal**, (2007)
- Moreira**, Manuel Belo, Inocêncio Seita COELHO & P.S.REIS (1995). Análise Técnico Económica de Sistemas de Dehesa/Montado. Relatório Final (EU- DGVI – Programa CAMAR: CT90-0028). Lisboa: Instituto Superior de Agronomia
- Mendes**, Américo M. S. Carvalho. (2002). The Portuguese Forests (draft version of a chapter for a collective book on the economic value of forests in Mediterranean countries).
- Mendes**, C. (2010). Enquadramento Normativo dos Ativos Biológicos e suas problemáticas: uma análise comparativa. *Revista de Contabilidade: Revisores e Auditores*, n.º 49, 32-39.
- Medeiros**, R. (2009). *NCRF 17 versus POC: Ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita*. Projeto de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Retirado de [http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1858/1/Projecto%20de%20mestrado\\_NCRF%2017%20versus%20POC\\_Rogério%20Medeiros.pdf](http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1858/1/Projecto%20de%20mestrado_NCRF%2017%20versus%20POC_Rogério%20Medeiros.pdf)
- Natividade**, J. Vieira. (1950). Subericultura. 1.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Neves**, C.M.B.(1944). Problemas suberícolas na zona pliocénica ao sul do Tejo. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* nº 65.
- Nogueira**, C.D.S.(1967). Panorama sanitário dos maciços florestais a sul do Tejo. Folhetos de divulgação. Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

- Norton, J.** (1995), "The Impact of Financial Accounting Practices on the Measurement of Profit and Equity: Australia Versus the United States", *Abacus*, Vol. 31, No 2, pp. 178-200.
- Pereira, J.S.;Conceição, M. & Rodrigues, J.M.** (1999). As causas da mortalidade do sobreiro revisitadas. *Revista Florestal XII* (1/2): 20-23.
- Perry, R.** (2008). NZ IAS 41: the solution is refinement, not abandonment. *Chartered Accountants Journal*, 87 (4), 32-33.
- Perry, R.** (2007). Questions persist over new standard for agriculture. *Chartered Accountants Journal*, 86 (3), 7-10.
- Pires, A. & Rodrigues, F.** (2008). Necessidade de adaptar e ajustar a IAS 41 ao setor agrícola português. *Revista Universo Contábil*, 4 (1), 126-140.
- Princípios de Boas Práticas Florestais.** (2003). Direcção Geral das Florestas. Lisboa
- Quivy, R. e L. V. Campenhoudt** (2003), *Manual de Investigacao em Ciencias Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, João** (2010) **Sistema** de Normalização Contabilística Explicado - Porto Editora
- Santos, M. N. S.** (1996). Declínio do montado de sobreiro em Portugal e impacte de pragas e doenças. Simpósio "O sobreiro e a cortiça". Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.
- Santos, M. N. S. e Ferraz, José.** (1996). Doenças e pragas no sobreiro. Simpósio "O sobreiro e a cortiça". Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.
- Scheid, J.** (2004). Application de L'IAS 41 Agriculture dans de secteur viti-vinicole bordelais. *Revue Française de Comptabilité*, (367), 22-22.
- Scott, J.** (2005). NZ IAS 41 Agriculture. *Chartered Accountants Journal*, 84 (1), 39-40.
- Silva, A.** (2011a) *Impacto nas Demonstrações Financeiras da Adoção da NCRF 17 – Agricultura, um exemplo de animais vivos*. Tese de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Retirado de <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/54311/14/TESE.pdf>
- Silva, C.** (2011b). Formação 2011. Seminário CAP/OTOC. *O Impacto da Contabilidade e Fiscalidade na Agricultura*, 1-32.
- silva, F. A.; Nogueira, C. D. S.; Ferreira, L. J. C.** (1968). Entomofauna do Sobreiro (*Quercus suber* L.) – 1ª Lista. Estudos e Divulgação Técnica, Grupo C, DGSFA, 1-20.
- Silva, J.S. and Catry, F.X.** (2006). Forest fires in cork oak (*Quercus suber* L.) stands in Portugal. *International Journal of Environmental Studies*. Vol. 63 (3): 235-257.
- Soria, S.** (1988). Lepidópteros defoliadores de *Quercus pyrenaica* Willdenow, 1805. *Bol. San. Veg. Plagas*, fuera de série, 7, 302 p.



- Sousa**, E. M. R. & BONIFÁCIO, L. (1998). Atualização do conhecimento da entomofauna dos lepidópteros desfolhadores associada ao montado de sobro, em Portugal. VIII Congresso Ibérico de Entomologia, Évora, 1998.
- Sousa**, E.M.R. 1995. Les principaux ravageurs du chêne liège au Portugal. Leurs relations avec le déclin des peuplements. *Bulletin IOBC* **18**: 18-23.
- Unac**, (2009), Campanha de cortiça.
- Waine**, D. (2009). NZ IAS 41 neither fair nor value for the agricultural sector. *Chartered Accountants Journal*, 88 (4), 54-56.
- Weetman**, P., E. A. E. Jones, C. Adams e S. J. Gray (1998), "Profit Measurement and UK Accounting Standards: A Case of Increasing Disharmony in Relation to US GAAP and IASs", *Accounting and Business Research*, Vol. 28, No 3, pp. 189-208.